

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 071

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE MAIO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Cezar Silvestri.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 020/2002

Curitiba, 27 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o parágrafo 3º, do artigo 24, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

O anexo anteprojeto de lei é proposto em atendimento ao Ofício nº 157/2002, do secretário de Estado da Fazenda que, justificando a necessidade da medida, assevera:

“O presente anteprojeto de lei objetiva revogar dispositivo da Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, relativamente à complementação e à restituição das quantias pagas com insuficiência ou excesso no regime de substituição tributária nas operações subsequentes com mercadorias, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI-1851), ajuizada pela Confederação Nacional do Comércio contra a cláusula segunda do Convênio ICMS 13/97”.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo 3º, do artigo 24, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 8 de maio de 2002.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/2002

Curitiba, 28 de maio de 2002.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceituado pelo artigo 66, inciso I, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da Administração Direta e Autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional.

A medida ora submetida a esse egrégio Poder Legislativo, consubstancia a conclusão de profundos e criteriosos estudos feitos por grupo de especialistas em organização de recursos humanos, sob a coordenação do secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujo resultado indica, tal diploma legal, como melhor e mais adequada maneira, com vistas à implantação do

referido novo quadro funcional, ao mesmo tempo em que atende reivindicações do funcionalismo.

Contendo maior detalhamento quanto aos aspectos de necessidade e oportunidade de que é revestida a presente proposição, é adiante transcrita exposição de motivos que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

“Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Constituição Estadual de 1989, os empregos públicos existentes no Estado do Paraná foram transformados em cargos públicos pelo artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Assim, desde a promulgação da lei maior, passando pela unificação de regimes, até a Emenda Constitucional nº 7/2000, várias foram as mudanças ocorridas sem que se resguardassem os direitos e deveres dos servidores do Quadro Geral do Estado - QGE de forma adequada.

Como exemplo, a Lei nº 7424, de 23 de dezembro de 1980 - que incorporou mecanismos celetistas ao regime estatutário - é ainda, o diploma legal que regula o QGE. Trata-se de uma lei que já não mais consegue acompanhar a dinâmica do Quadro Geral, ocasionando um hiato de mais de 20 anos.

Com o desmembramento de alguns quadros do Quadro Geral do Estado - a exemplo do IAPAR e das IEES - dificultou-se, ainda mais, o controle da quantidade de cargos e das vagas existentes; a presente estruturação parte do princípio das quantidades atualmente ocupadas e das vacâncias, desde a instituição do regime jurídico único pela Lei nº 10.219/92, para estabelecer o quantitativo de cargos, com suas respectivas classes, bem como a adição da demanda reprimida ao longo desses anos, principalmente para o grupo ocupacional profissional.

Com a EC estadual nº 7/2000, subsidiária à EC federal nº 19/98, apresentou-se ao serviço público a necessidade de definição de regras de avaliação de desempenho, critérios de tratamento remuneratório e de carreiras, definições de requisitos para a investidura do cargo público, critérios de proficiência para deficientes físicos e muitos outros pontos de atuação estatal, inclusive da publicação do Manual de Ocupações Estatutário, contemplando novos requisitos para aquelas profissões que hoje necessitam, por exemplo, do competente registro profissional no órgão de classe.

A estruturação administrativa e funcional ora proposta tem como escopo, a definição de regras claras de uma política de pessoal, tanto para o dirigente quanto para o funcionário. O dirigente saberá como proceder na administração de processos - pois estará contemplada a unificação de procedimentos através da edição de normas subsidiárias à lei - o funcionário terá um panorama definido de como se comportará enquanto funcionário - se uma mera passagem pelo serviço público ou alguém preocupado em acrescentar sua vivência à sua profissão.

Essa situação também vem ao encontro à implantação da Escola de Governo, com a disponibilização de parâmetros para sua atuação.

Essa medida deverá ter, como pano de fundo, uma carreira voltada para a prestação de serviços públicos e, dentro dela, quais serão os mecanismos de crescimento profissional, com estrutura de cargos e funções mais simples, menor, ágil e adequada à função pública.

A estrutura de carreiras proposta agrega, em termos formais, os atuais cargos e funções de mesma complexidade e natureza.

O Grupo Ocupacional Apoio, com exigência atual de alfabetizado até primeiro grau completo, passa a integrar o cargo Agente de Apoio, com requisito de escolaridade de primeiro grau completo.

Já o Grupo Ocupacional Intermediário, com exigência atual de até segundo grau completo ou profissionalizante, desdobrou-se em três carreiras: cargo Agente de Execução, cargo Agente Penitenciário e cargo Agente de Aviação, todos com requisito de escolaridade de segundo grau completo.

Esta segmentação justifica-se, no caso do cargo agente penitenciário, pela afinidade com as carreiras policiais civil e militar, considerando que todas integram a mesma área de atuação - segurança - e especificamente por sua atuação nas unidades penais do Estado e ainda que sua estrutura remuneratória tem um tratamento diferenciado, com impacto na aposentadoria.

No caso do cargo agente de aviação, a atual estrutura remuneratória dos pilotos reflete uma incompatibilidade com o enquadramento proposto para o Grupo Ocupacional Intermediário, além das especificidades de capacitação e requisitos para o exercício das funções.

Para o Grupo Ocupacional Profissional, com exigência de curso de graduação, o cargo passa a denominar-se Agente Profissional, mantido o requisito de escolaridade superior completo.

Em termos de atribuições - Tarefas - essas são as correlacionadas em funções mais amplas, com a incorporação de tarefas assemelhadas, originando uma colocação de maior amplitude, de maior capacidade laborativa; o cargo agente profissional, por exemplo, origina funções de acordo com a formação de nível superior, amparada por legislação específica.

Com essa proposição, contempla-se a flexibilidade tão necessária para adequação da força de trabalho com a possibilidade de mudança de função por readaptação, aproveitamento ou reaproveitamento, pois como as funções têm características dinâmicas, podem vir a não ser mais necessárias ao longo do tempo e seu ocupante, após cumpridos os ditames legais, poderá atuar em outra função de mesma complexidade e na mesma classe, sem haver mudança do cargo.

Isso terá um impacto positivo na Administração Pública, pois não redundará em ônus financeiro ao erário, inclusive com a não aplicação da disponibilidade remunerada para aquelas funções que não sejam necessárias.

Outro impacto com essa estruturação, será o incentivo à permanência do funcionário no exercício de seu cargo e função; nos casos de pedidos de aposentadoria, poderá haver uma redução, considerando os benefícios que advirão ao se aplicarem os institutos de desenvolvimento da carreira.

Outro enfoque será o favorecimento da migração dos dados cadastrais, folha de pagamento e dados de recursos humanos existentes para o novo sistema que está em fase de implantação.

O enquadramento no plano proposto minimizará as disfunções, evitando concursos quicá desnecessários e ampliando a base salarial de forma mais digna para aqueles funcionários que se esforçaram além do que seria exigido para sua função ou cargo, ajustando a disparidade do perfil profissional com o tratamento isonômico na carreira.

Assim, o próprio funcionário terá regras claras para o gerenciamento de sua carreira: seu progresso poderá se restringir aos adicionais por tempo de serviço ou ampliar-se através dos outros mecanismos propostos para seu desenvolvimento”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituído o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de cargos públicos, na Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral - QG, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em cinco carreiras, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

Parágrafo Único - As disposições da presente lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Seção II

Das Conceituadas

Art. 2º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonadas segundo hie-

rarquia de serviço, por acesso dos titulares dos cargos que a integram;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por Lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelo erário e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público estável de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável, através de remoção, de um órgão para outro, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou ex-officio;

X - Mudança de Função: alteração da função de funcionário público estável quando este atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe, e mediante o interesse da Administração Pública;

XI - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

XII - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Vencimento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XIII - Vencimento ou Vencimento base: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XIV - Vencimentos ou Remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Capítulo II

Seção I

Da Composição e do Plano da Carreira

Art. 3º - As Carreiras do Quadro do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, serão organizadas em 05 (cinco) Cargos, de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo será composto de 03 (três) classes: III, II e I, com as quantidades na forma do disposto no Anexo I desta lei.

§ 1º - As carreiras do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, são:

I - Apoio, composta pelo cargo de Agente de Apoio;

II - Execução, composta pelo cargo de Agente de Execução;

III - Aviação, composta pelo cargo de Agente de Aviação;

IV - Penitenciária, composta pelo cargo de Agente Penitenciário;

V - Profissional, composta pelo cargo de Agente Profissional.

§ 2º - A Classe III de cada cargo será a classe inicial para o ingresso e a Classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima dos cargos e das funções de cada cargo são fixados na forma do Anexo II desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentares da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - A jornada de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é limitada em 40 (quarenta) horas semanais, ressalvada a da função de médico, que será de 20 (vinte) horas semanais, observado o disposto no inciso XVI, do artigo 27, da Constituição Estadual.

§ 1º - Ato do Chefe do Poder Executivo poderá determinar jornadas de trabalhos concentradas ou diferenciadas para cargos ou funções, com jornadas mínima de 30 horas semanais.

§ 2º - A carga horária para funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos será avaliada pelo órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

§ 3º - Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhados a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laborem nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu.

Seção II

Do Provimento e do Estágio Probatório

Art. 5º - O provimento no cargo se dará na classe inicial, atendidos os seguintes requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - registro profissional regular no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo Único - A comprovação do preenchimento dos requisitos I a IV do *caput* deste artigo precederá a nomeação.

Art. 6º - A inspeção médica realizada por órgãos de perícia oficial do Estado precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

§ 1º - A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará o exame psicológico no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta lei, prevendo inclusive, a possibilidade de interposição de recurso administrativo, podendo ser concedido, à critério da autoridade competente, efeito suspensivo ao recurso, contra a decisão do órgão de perícia oficial do Estado.

Art. 7º - O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta lei os critérios para a avaliação de desempenho para o estágio probatório.

Seção III

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 8º - O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão, promoção e mudança de função.

Art. 9º - A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a uma referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial.

I - critério "conceito" para a progressão de que trata esse parágrafo, deverá ser o equivalente ao conceito máximo estabelecido em regulamento específico; e

II - O Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estabelecerá os demais critérios, a periodicidade e a competência para a aplicação e concessão desta modalidade de progressão.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de Agente de Apoio: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de Agente de Execução: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de Agente de Aviação: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

IV - para o cargo de Agente Penitenciário: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

V - para o cargo de Agente Profissional: até dois níveis na função, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho na função exercida, sendo um nível para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titularidade, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão.

§ 5º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida

legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 10 - A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais, como titulação escolar formal, experiência e ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e na função e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do Chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 11 - A mudança de função poderá ocorrer quando o funcionário público estável que atender os requisitos constantes de uma outra função, dentro do mesmo cargo, da mesma complexidade/responsabilidade e classe poderá desempenhar outra função, por necessidade da Administração Pública ou impossibilidade de atuação em sua função original, observado o perfil profissional, sempre a critério da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Seção IV

Da Movimentação de Pessoal

Art. 12 - Os funcionários ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e serão alocados nos órgãos da Administração Direta e Autárquica.

§ 1º - A movimentação do pessoal do QPPE, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional, se dará pelo instituição da remoção, por ato do titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da movimentação de pessoal.

Seção V

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 13 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo III, desta lei.

Art. 14 - A estruturação das tabelas de vencimento observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (III) e a última referência da classe final (I), não poderá ser superior a 4,5 (quatro vírgula cinco) vezes, para cada cargo.

Parágrafo Único - Nenhuma tabela de vencimento do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE poderá possuir valor inicial menor que a referência inicial da Classe III do Cargo de Agente de Apoio e valor final maior que a referência final da Classe I do Cargo de Agente Profissional.

Art. 15 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, a seguinte estrutura de remuneração:

I - vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Salário-Família;

IV - Vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por Lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida;

V - Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE: retribuição financeira de caráter transitório, para atividades ou tarefas não previstas para o cargo ou função e que necessitem de continuidade e prontidão durante as 24 horas do dia, não podendo ser superior a 100% do vencimento base, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridade, não sendo incorporável na inatividade, sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo;

VI - Encargos Especiais: retribuição financeira extraordinária, de caráter transitório, para atividade ou tarefas de maior responsabilidade previstas em lei ou regulamento, cujo valor monetário não poderá exceder a 4/5 (quatro quintos) do vencimento base, desde que não esteja contemplada em gratificações ou adicionais de mesma natureza ou peculiaridades, não sendo incorporável na inatividade e sendo extinta sua aplicação quando extinto o fato gerador que a deu ensejo; e

VII - Outras vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, calculadas sobre o vencimento base do cargo efetivo, previstas em lei.

§ 1º - As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvindo-se previamente, o órgão de perícia oficial do Estado, que lavrará laudo de caráter individual, identificando o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, exceto para aquelas atividades ou operações no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme estabelece o artigo 6º da Lei nº 10.692, de 27 de dezembro de 1993.

§ 2º - As vantagens auferidas por trabalho de natureza especial com risco de vida observarão as situações estabelecidas em legislação específica.

§ 3º - As vantagens de que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* deste artigo, são mutuamente excludentes.

§ 4º - Ato do Chefe do Poder executivo, regulamentará a concessão e fixará os valores do TUIDE e dos Encargos Especiais para aplicação aos integrantes do QPPE, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 16 - O regime de plantão deverá ser remunerado apenas quando ocorrer, ficando a cargo da unidade de recursos humanos competente, o acompanhamento e registro de cada ocorrência.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração - SEAP, estabelecerá os demais critérios e a competência para aplicação e concessão do plantão.

Art. 17 - Caberá à Unidade de Recursos Humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas gratificações, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

Art. 18 - Ficam criadas as seguintes vantagens, para aplicação exclusiva aos funcionários integrantes do QPPE:

I - Adicional de Atividade Penitenciária - AAP: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo e função de Agente Penitenciário, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida inerente à função, incorporável para todos os efeitos legais;

II - Adicional de Vão - AAV: retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, para o cargo Agente de Aviação, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de vão, incompatível com serviço extraordinário ou horas extras e incorporável para todos os efeitos legais;

III - Gratificação de Atividade Técnica - GAT: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo e função de Agente Profissional, para atividade de gerenciamento de projetos, atividades ou setores funcionais, não podendo ser superior ao vencimento base, incompatível com cargo de provimento em comissão, função gratificada, Gratificação de Atividade em Unidade Penal e Correcional Intra Muros - GADI, Encargos Especiais e Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE;

IV - Gratificação de Atividade de Saúde - GAS: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre, perigoso e com risco de vida da atividade de saúde, incompatível com a Gratificação de Atividade Técnica - GAT, Adicio-

nal de Atividade Penitenciária - AAP e Gratificação de Atividade em unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI, não incorporável na inatividade;

V - Gratificação de Atividade Artística - GAA: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, exclusiva para as funções de Bailarino e Músico, que atuem no Centro Cultural Teatro Guaíra - CCTG, não incorporável na inatividade; e

VI - Gratificação de Atividade em Unidade Penal ou Correcional Intra Muros - GADI: retribuição financeira fixada em valor, de natureza transitória, para o cargo e função que não Agente Penitenciário, no exercício de suas funções nas unidades penais ou correcionais, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre, não incorporável na inatividade.

§ 1º - Ato do Chefe do Poder Executivo regulará a aplicação e fixará os valores das gratificações a que se referem os incisos anteriores.

§ 2º - O funcionário que optar pelas vantagens que tratam os incisos IV, V e VI do *caput* do Artigo 15, desta Lei, não poderá receber as vantagens de que trata este artigo e a Gratificação pelo exercício de Encargos Especiais do cargo de provimento em comissão.

Capítulo III

Do Enquadramento

Art. 19 - Os atuais funcionários do Quadro Geral - QG serão enquadrados no Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - Enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV desta Lei; e

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo Único - Considera-se vencimento do cargo, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;

b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;

c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente de Aviação do QPPE: vencimento base;

d) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

e) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

Art. 20 - Os atuais funcionários aposentados e pensionistas do Quadro Geral - QG serão enquadrados no

Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, observados os seguintes procedimentos e na ordem:

I - Enquadramento na Tabela de Correlações de Cargos e Funções do Quadro Geral - QG para os Cargos e Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, na forma do Anexo IV desta lei;

II - Enquadramento salarial em valor imediatamente superior ao atualmente percebido, nas Tabelas de Referência de Vencimento constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo Único - Considera-se benefício ou provento, para fins do presente enquadramento:

a) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Apoio do QPPE: vencimento base;

b) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Execução do QPPE: vencimento base;

c) para os cargos do QG enquadrados no Cargo de Agente Penitenciário do QPPE: vencimento base; e

d) para as funções do Cargo Técnico III, II e I do QG enquadrados no Cargo Profissional do QPPE: vencimento base mais Verba de Representação e mais Gratificação de Produtividade a que se refere a Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997.

Art. 21 - Os funcionários atualmente ocupantes das funções de Médico, Plantonista, Sanitarista e Técnico especialista, com formação em Medicina, serão enquadrados na função de Médico.

Art. 22 - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão, sob supervisão de comissão designada pelo titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 23 - Os demais termos necessários ao cumprimento do enquadramento serão definidos e divulgados pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 24 - O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta Lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

Capítulo IV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 25 - Ficam incorporadas ao vencimento base as vantagens de que tratam os Artigos 2º e 5º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, para o Cargo Técnico III, II e I, do Quadro Geral.

Art. 26 - A primeira promoção, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo de Agente de Apoio: após 18 (dezoito) meses a partir do enquadramento da presente lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário,: após 12 (doze) meses a partir do enquadramento da presente lei; e

III - para o cargo Agente Profissional: imediatamente à publicação desta lei.

Parágrafo Único - Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira promoção.

Art. 27 - A primeira progressão por tempo de serviço, para o pessoal ativo, ocorrerá:

I - para o cargo de Agente de Apoio: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente lei;

II - para o cargo Agente de Execução, Agente de Aviação e Agente Penitenciário: após 18 (dezoito) meses contados a partir do enquadramento da presente lei; e

III - para o cargo Agente Profissional: 12 (doze) meses contados a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo Único - Mediante proposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, o chefe do Poder Executivo regulamentará os termos da primeira progressão.

Art. 28 - O chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, redistribuirá as quantidades de cargos vagos nas classes, para fins de promoção.

Art. 29 - As gratificações a que se refere o Anexo V, ficam convertidas em valor correspondente ao percebido na data de publicação desta Lei, sendo devidas enquanto o funcionário permanecer no local, ficando vedada sua percepção para os demais funcionários do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE.

§ 1º - As gratificações a que se refere o artigo 18 serão implementadas no prazo de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da presente Lei.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará a regra de transição da situação atual, promovendo a compatibilização para o previsto no Artigo 18, desta lei.

Art. 30 - Os atos referentes à aplicação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, com os respectivos cancelamentos de programas governamentais e cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir de sua publicação.

Art. 31 - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, e disposições em contrário.

ANEXO I DA LEI Nº

Quantidade de Vagas por Classe dos Cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná

	Classe	Quantidade
AGENTE DE APOIO - AO	III	9.864
	II	3.035
	I	2.276
	Total	15.175

	Classe	Quantidade
AGENTE PENITENCIÁRIO - AN	III	1.775
	II	546
	I	410
	Total	2.731

	Classe	Quantidade
AGENTE DE EXECUÇÃO - AE	III	15.961
	II	4.911
	I	3.684
	Total	24.556

	Classe	Quantidade
AGENTE DE AVIAÇÃO - AV	III	18
	II	6
	I	4
	Total	28

AGENTE PROFISSIONAL - AP	Classe	Quantidade
	III	11.836
	II	3.642
	I	2.732
	Total Total Geral	18.210 60.700

ANEXO II DA LEI Nº**Requisitos de escolaridade mínima para as carreiras, cargos e das funções do QPPE****I - Carreira - Agente de Apoio - AO**

Agente de Apoio - AO	Funções/Código	Requisito de Escolaridade para ingresso
	Auxiliar Administrativo - AOAD	1º grau completo
	Auxiliar de Estúdio e Cinefotografia - AOEC	
	Auxiliar de Manejo e Meio Ambiente - AOMA	
	Auxiliar de Manutenção - AOMU	
	Auxiliar de Metrologia - AOME	
	Auxiliar de Saúde - AOSA	
	Auxiliar Operacional - AOOP	
	Motorista - AOMO	
	Telefonista - AOTE	

II - Carreira - Agente de Execução - AE

Agente de Execução - AE	Funções /Código	Requisito de Escolaridade para Ingressos
	Técnico Administrativo - AETA	2º Grau Completo ou Profissionalizante
	Assistente de Execução - AEEX	
	Auxiliar de Enfermagem - AEAE	
	Bailarino - AEBA	
	Cenotécnico - AECT	
	Contra-Regra - AERE	
	Desenhista Técnico - AEDT	
	Educador Social - AEES	

II - Carreira - Agente de Execução - AE

Agente de Execução - AE	Encarregado de Parques e Reservas - AEPR	2º Grau Completo ou Profissionalizante
	Fiscal de Meio Ambiente - AEFA	
	Fiscal Metrológico - AEFM	
	Hidrometristas - AEHI	
	Inspetor de Saneamento - AEIS	
	Instrutor Artístico - AEIA	
	Músico - AEMU	
	Técnico de Assuntos Fundiários - AEAF	
	Técnico de Conservação e Restauro - AECR	
	Técnico de Construções - AETC	
	Técnico de Contabilidade - AECO	
	Técnico de Eletrônica - AETL	
	Técnico de Enfermagem - AETN	
	Técnico de Estúdio de Cinefotografia - AETE	
	Técnico de Laboratório - AELB	
	Técnico de Manejo e Meio Ambiente - AEMA	
	Técnico de Radiologia - AETR	
	Técnico de Saúde - AETS	
	Técnico de Segurança do Trabalho - AETT	
	Técnico Gráfico - AETG	
	Topógrafo - AETO	

III - Carreira - Agente de Aviação - AV

Agente de Aviação - AV	Funções/Código	Requisito de Escolaridade para Ingresso
	Piloto de Aeronave - AVPI	2º Grau Completo
	Piloto de Helicóptero - AVHE	

IV - Carreira - Agente Penitenciário - NA

Agente Penitenciário - AN	Funções/ Código	Requisito de Escolaridade para Ingresso
	Agente Penitenciário - ANAP	2º Grau Completo

V - Carreira - Agente Profissional - AP

Agente Profissional - AP	Funções/Código	Requisito de Escolaridade para Ingresso
	Administrador - APAD	Graduação
	Arquiteto - APAR	
	Assistente Social - APAS	
	Bibliotecário - APBL	
	Biólogo - APBI	
	Bioquímico - APBQ	
	Contador - APCO	
	Desenhista Industrial - APDI	
	Economista - APEC	
	Enfermeiro - APEN	
	Engenheiro Agrícola - APEG	
	Engenheiro Agrônomo - APEA	
	Engenheiro Cartográfico - APCA	
	Engenheiro Civil - APEL	
	Engenheiro de Pesca - APEP	
	Engenheiro de Segurança do Trabalho - APES	
	Engenheiro Eletricista - APEE	
	Engenheiro Florestal - APEF	
	Engenheiro Mecânico - APEO	
	Engenheiro Químico - APEQ	
	Engenheiro Sanitarista - APET	
	Estatístico - APTS	
	Farmacêutico - APMF	
	Físico - APFI	
	Fisioterapeuta - APSI	
	Fonoaudiólogo - APFO	
	Geógrafo - APGF	
	Geólogo - APGE	
	Comunicador Social - APCS	
	Médico - APME	
	Médico Veterinário - APMV	

V - Carreira - Agente Profissional - AP

Agente Profissional - AP	Nutricionista - APNU	Graduação
	Odontólogo - APOD	
	Pedagogo - APPE	
	Psicólogo - APPS	
	Químico - APQM	
	Sociólogo - APSO	
	Técnico de Turismo - APTT	
	Tecnólogo - APTC	
	Terapeuta Ocupacional - APTO	
	Profissional de Nível Superior - APNS	

ANEXO III DA LEI Nº
Tabela de Referência de Vencimento dos Cargos
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

		Agente de Apoio			Agente de Execução			Agente Penitenciário		
		Classe			Classe			Classe		
		III	II	I	III	II	I	III	II	I
Referência Salarial	1	228,41	365,69	585,48	334,21	540,23	873,24	334,21	535,08	856,68
	2	237,55	380,32	608,90	347,58	561,84	908,17	347,58	556,48	890,95
	3	247,05	395,53	633,26	361,48	584,31	944,49	361,48	578,74	926,59
	4	256,93	411,35	658,59	375,94	607,68	982,27	375,94	601,89	963,65
	5	267,21	427,81	684,93	390,98	631,99	1.021,56	390,98	625,97	1.002,20
	6	277,90	444,92	712,33	406,62	657,27	1.062,42	406,62	651,01	1.042,28
	7	289,01	462,72	740,82	422,88	683,56	1.104,92	422,88	677,05	1.083,98
	8	300,57	481,23	770,46	439,80	710,90	1.149,12	439,80	704,13	1.127,33
	9	312,59	500,47	801,28	457,39	739,34	1.195,08	457,39	732,30	1.172,43
	10	325,10	520,49	833,33	475,69	768,91	1.242,89	475,69	761,59	1.219,33
	11	338,10	541,31	866,66	494,71	799,67	1.292,60	494,71	792,05	1.268,10
	12	351,63	562,97	901,33	514,50	831,65	1.344,31	514,50	823,73	1.318,82

ANEXO III DA LEI Nº
Tabela de Referência de Vencimento dos Cargos
Tabelas de Vencimentos para 40 Horas Semanais

		Agente de Aviação			Agente Profissional		
		Classe			Classe		
		III	II	I	III	II	I
Referência Salarial	1	547,56	876,66	1.403,56	1.525,25	2.512,42	4.138,49
	2	569,46	911,73	1.459,61	1.586,26	2.612,91	4.304,03
	3	592,24	948,20	1.518,09	1.649,71	2.717,43	4.476,19
	4	615,93	986,12	1.578,82	1.715,70	2.826,13	4.655,24
	5	640,57	1.025,57	1.641,97	1.784,33	2.939,17	4.841,45
	6	666,19	1.066,59	1.707,65	1.855,70	3.056,74	5.035,11
	7	692,84	1.109,26	1.775,95	1.929,93	3.179,01	5.236,51
	8	720,55	1.153,63	1.846,99	2.007,12	3.306,17	5.445,97
	9	749,37	1.199,77	1.920,87	2.087,41	3.438,41	5.663,81
	10	779,35	1.247,76	1.997,71	2.170,91	3.575,95	5.890,36
	11	810,52	1.297,67	2.077,62	2.257,74	3.718,99	6.125,98
	12	842,94	1.349,58	2.160,72	2.348,05	3.867,75	6.371,02

ANEXO IV
Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Apoio do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Apoio e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

DO CARGO QGE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE
Almoxarife II	E	Agente de Apoio	Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo	E		
Auxiliar de Biblioteca	E		
Auxiliar de Farmácia	D		
Auxiliar de Ludoteca	E		
Auxiliar de Microfilmagem	E		
Bilheteiro	D		
Contínuo	A		
Digitador	E		

ANEXO IV

Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Apoio do Quadro Geral do Estado para o Cargo Apoio e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

Indicadora	C	Agente de Apoio	
Operador de Caixa	D		
Operador de Copiadora	C		
Recepcionista	D		
Telefonista	D		Telefonista
Videofonista	E		
Motorista	F		Motorista
Operador de Equipamento Pesado	F		
Atendente de Veterinária	E		
Auxiliar de Defesa Sanitária Agrícola	D		
Auxiliar de Produção e Experimentação Agropecuária I	D		
Auxiliar de Produção e Experimentação Agropecuária II	C		Auxiliar de Manejo de Meio Ambiente
Guarda-Parque	E		
Observador Meteorológico	D		
Oficial Rural	E		
Operário Rural	B		
Auxiliar Fiscal de Cargas Perigosas	F		Auxiliar de Metrologia
Auxiliar Fiscal Metrológico	F		
Auxiliar Fiscal Têxtil	F		
Assistente de Videoteipe	F		
Auxiliar Técnico de Fotogrametria	F		
Cinegrafista	E		
Discotecário	E		Auxiliar de Estúdio e Cinefotografia
Laboratorista de Microfilmagem	F		
Montador de Infra-Estrutura de Rádio e TV	G		
Operador de Câmera	G		
Operador de Controle Mestre de Rádio e TV	G		
Operador de Estúdio de Rádio	F		
Operador de Projetor Cinematográfico	E		
Operador de Transmissor de Rádio e/ou TV	F		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Apoio do Quadro Geral do Estado para o Cargo Apoio e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Agente de Saneamento	E	Agente de Apoio	Auxiliar de Saúde
Assistente de Prótese Dentária	G		
Atendente de Consultório Dentário	E		
Atendente de Enfermagem	E		
Auxiliar de Fisioterapia	F		
Auxiliar de Saúde Pública	E		
Massagista	A		
Operador de Câmara Escura	E		
Carpinteiro	E		Auxiliar de Manutenção
Eletricista	F		
Encanador	E		
Funileiro	F		
Lustrador - Pintor	D		
Marceneiro	F		
Mecânico	F		
Mecânico Auxiliar	D		
Mecânico de Equipamento Pesado	H		
Oficial de Manutenção I	E		
Oficial de Manutenção II	D		
Pedreiro	E		
Pintor	E		
Pintor de Sinalização Rodoviária	E		
Pintor de Veículos	E		
Soldador	F		
Torneiro Mecânico	G		
Açougueiro	D		Auxiliar Operacional
Armador	E		
Artífice	C		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Apoio do Quadro Geral do Estado para o Cargo Apoio e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Ascensorista	B	Agente de Apoio	Auxiliar Operacional
Auxiliar de Anatomia e Necrópsia	D		
Auxiliar de Artífice	B		
Auxiliar de Atividade de Ensino	C		
Auxiliar de Laboratório	E		
Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas	E		
Auxiliar de Laboratório Fotográfico	C		
Auxiliar de Manobras	B		
Auxiliar de Manutenção de Instrumentos Musicais	E		
Auxiliar de Nutrição	D		
Auxiliar de Produção Gráfica	D		
Auxiliar de Produção Química	E		
Auxiliar de Serviços Gerais	B		
Auxiliar de Artes Cênicas	D		
Auxiliar Técnico de Eletrônica	E		
Auxiliar Técnico de Topografia	F		
Barbeiro	C		
Borracheiro	C		
Camareira	E		
Condutor Motorista	G		
Conferente Portuário	E		
Contra Mestre	G		
Copeiro	A		
Copista Musical	G		
Costureira	D		
Costureira de Espetáculos	F		
Cozinheiro I	F		
Cozinheiro II	D		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Apoio do Quadro Geral do Estado para o Cargo Apoio e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Feitor	F	Agente de Apoio	Auxiliar Operacional
Fiscal de Segurança	C		
Frentista	C		
Garçon	D		
Guarda-Roupeiro	D		
Inspetor de Malha Rodoviária	H		
Instrutor de Formação Específica II	G		
Jardineiro	D		
Lavadeira	C		
Maquilador Cabeleireiro	E		
Marinheiro	D		
Marinheiro Fluvial de Convés	D		
Marinheiro Fluvial de Máquinas	E		
Mestre Arrais	H		
Mestre de Obras	H		
Moço de Convés	D		
Operador Gráfico I	H		
Operador Gráfico II	G		
Operador Gráfico III	E		
Operário de Malha Rodoviária	B		
Pintor Letrista	F		
Moço de Máquinas	E		
Porteiro	C		
Radiocomunicador	E		
Recondicionador de Baterias	E		
Serralheiro	F		
Servente	D		
Tapeceiro	E		
Tratorista	D		
Vidraceiro	D		
Vigia	C		
Vistoriador de Veículos	D		

ANEXO IV

**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Execução e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

DO CARGO QGE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	CORRELAÇÃO COM FUNÇÃO DO QPPE
Almoxarife I	G	Agente de Execução	Técnico Administrativo
Analista de Microfilmagem	G		
Assistente Administrativo	G		
Assistente de Assuntos Culturais	G		
Assistente de Auditório	G		
Assistente de Biblioteca	G		
Assistente de Perícia de Trânsito	G		
Assistente de Processamento de Dados I	H		
Assistente de Processamento de Dados II	F		
Auxiliar de Estatística Sanitária	G		
Auxiliar de Processamento de Dados	E		
Auxiliar Técnico	E a H		
Calculista de Medição	H		
Operador de Computador	G		
Operador de Balança Rodoviária	F		
Revisor	F		
Técnico Administrativo	H		
Técnico de Arquivo	G		
Técnico de Biblioteca	H		
Técnico de Estatística	H		
Tesoureiro	H		
Técnico de Contabilidade	H		Técnico de Contabilidade
Técnicos de Assuntos Fundiários	H		Técnico de Assuntos Fundiários
Técnico de Cadastro Rural	H		Técnico de Manejo e Meio Ambiente
Agente de Defesa Sanitária Agrícola	E		
Agente de Informações Agropecuárias	E		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo Execução e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Assistente de Agropecuária	F	Agente de Execução	Técnico de Manejo e Meio Ambiente
Processador de Dados Meteorológicos	G		
Técnico de Agropecuária	H		
Técnico de Apicultura	H		
Técnico de Meteorologia	H		
Técnico de Piscicultura	H		
Técnico Florestal	H		
Técnico de Recursos Naturais e Renováveis	H		Fiscal de Meio Ambiente
Encarregado de Terminal Turístico	F		Encarregado de Parques e Reservas
Hidrometrista	G		Hidrometrista
Sondador	G		Técnico de Laboratório
Técnico de Laboratório	H		
Técnico de Laboratório de Análises Clínicas	H		Técnico de Enfermagem
Técnico de Enfermagem	H		Auxiliar de Enfermagem
Auxiliar de Enfermagem	G		Inspetor de Saneamento
Inspetor de Saneamento	G		Técnico de Saúde
Auxiliar de Enfermagem do Trabalho	G		
Auxiliar de Serviço Social	E		
Instrumentador Cirúrgico	G		
Operador de Eletrodiagnóstico	G		
Técnico de Higiene Dental	H		
Técnico de Nutrição	H		
Técnico de Prótese Dentária	H		
Técnico de Radiologia	H		Técnico de Radiologia
Técnico de Museologia	H		Técnico de Conservação e Restauro
Restaurador Bibliográfico	F		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Execução e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Locutor	G	Agente de Execução	Técnico de Estúdio e Cinefotografia
Operador de Imagem	G		
Operador de Luz	G		
Operador de Som	G		
Programador Musical	F		
Produtor Artístico de Rádio e TV	H		
Produtor Executivo de Rádio e TV	H		
Técnico de Audiovisual	F		
Técnico de Fotografia	G		
Técnico de Videoteipe	H		
Operador de Estação Gráfica	G		Técnico Gráfico
Técnico de Segurança do Trabalho	H		Técnico de Segurança do Trabalho
Desenhista	F		Desenhista Técnico
Desenhista Projetista	H		
Técnico de Artes Visuais	G		
Técnico de Cartografia	H		
Técnico de Fotogrametria	H		
Técnico de Edificações	H		Técnico de Construções
Técnico de Obras	H		
Técnico de Pontes e Estradas	H		
Técnico de Usina de Asfalto e Pista	H		Técnico de Eletrônica
Técnico de Eletrônica	H		
Topógrafo	H		Topógrafo
Fiscal de Cargas Perigosas	G		Fiscal Metrológico
Fiscal Metrológico	G		
Fiscal Têxtil	G		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo Execução e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Inspetor Metrológico	H	Agente de Execução	Fiscal Metrológico
Educador Social	G		Educador Social
Contra-Regra	F		Contra-Regra
Cenotécnico	G		Cenotécnico
Diretor de Ballet	C		Bailarino
Maitre de Ballet	C		
Ensaaiador de Dança	A		
Bailarino Principal	C		
Bailarino Solista	A		
Bailarino do Corpo de Baile	A		
Maestro Titular	C		Músico
Maestro Adjunto	C		
Spalla	A		
Músico de Orquestra	A		Instrutor Artístico
Professor de 2º Grau	A		
Pianista Acompanhador	A		
Professor de 3º Grau	B		Assistente de Execução
Assistente de Creche	F		
Assistente de Ensino	H		
Assistente de Ensino Especial	H		
Assistente de Farmácia	G		
Assistente de Laboratório	G		
Assistente de Laboratório de Análises Clínicas	G		
Assistente Técnico de Artes Cênicas	H		
Auxiliar Técnico	(AaD)		
Eletrotécnico	H		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Execução e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

Fiscal de Transporte Coletivo	G	Agente de Execução	Assistente de Execução
Hialotécnico	H		
Inspetor de Equipamento Rodoviário	H		
Inspetor de Orquestra	H		
Inspetor de Transporte Coletivo	H		
Instrumentista Musical	H		
Instrutor de Artes	G		
Instrutor de Formação Específica I	H		
Mecânico de Aeronave	E		
Recreacionista	G		
Taxidermista	G		
Técnico de Anatomia e Necrópsia	H		
Técnico de Economia Doméstica	H		
Técnico de Manutenção de Equipamentos	H		
Técnico Mecânico	H		
Técnico de Produção Industrial	G		
Técnico de Telecomunicações	H		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Agente Penitenciário e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

DO CARGO QGE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	CORRELAÇÃO COM FUNÇÃO DO QPPE
Agente Penitenciário I	G	Agente Penitenciário ANAP	Agente Penitenciário
Agente penitenciário II	F		

ANEXO IV**Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo
Agente de Aviação e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo**

DO CARGO QGE	CLASSE	PARA CARGO QPPE	CORRELAÇÃO COM FUNÇÃO QPPE
Co-Piloto	D	Agente de Aviação - AV	Piloto de Aeronave
Piloto	A, B, C		Piloto de Helicóptero

ANEXO IV

Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo Profissional e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

	DO CARGO/FUNÇÃO QGE	FORMAÇÃO ESCOLAR PARA CORRELAÇÃO	PARA CARGO QPPE	FUNÇÃO DO QPPE
Técnico III, II e I	Administrador	Administração	Agente Profissional	Administrador
	Arquiteto	Arquitetura e Urbanismo		Arquiteto
	Assistente Social	Serviço Social		Assistente Social
	Bibliotecário	Biblioteconomia		Bibliotecário
	Biólogo	Biologia		Biólogo
	Bioquímico	Farmácia e Bioquímica		Bioquímico
	Contador	Ciências Contábeis		Contador
	Desenhista Industrial	Desenho Industrial		Desenhista Industrial
	Economista	Economia		Economista
	Enfermeiro	Enfermagem		Enfermeiro
	Engenheiro Agrícola	Engenharia Agrícola		Engenheiro Agrícola
	Engenheiro Agrônomo	Agronomia		Engenharia Agrônômica
	Engenheiro Cartógrafo	Engenharia Cartográfica		Engenheiro Cartógrafo
	Engenheiro Civil	Engenharia Civil		Engenheiro Civil
	Engenheiro de Pesca	Engenharia de Pesca		Engenheiro de Pesca
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	Engenharia		Eng. de Seg. do Trabalho
	Engenheiro Eletricista	Engenharia Elétrica		Engenheiro Elétrico
	Engenheiro Florestal	Engenharia Florestal		Engenheiro Florestal
	Engenheiro Mecânico	Engenharia Mecânica		Engenheiro Mecânico
	Engenheiro Químico	Engenharia Química		Engenheiro Químico
	Engenheiro Sanitarista	Engenharia Sanitária		Engenheiro Sanitarista
	Estatístico	Estatística		Estatístico
	Farmacêutico	Farmácia		Farmacêutico
	Físico	Física		Físico
	Fisioterapeuta	Fisioterapia		Fisioterapeuta
	Fonoaudiólogo	Fonoaudiologia		Fonoaudiólogo
	Geógrafo	Geografia		Geógrafo

ANEXO IV

Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo Profissional e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

Técnico III, II e I	Geólogo	Geologia	Agente Profissional	Geólogo
	Jornalista	Comunicação Social		Comunicador Social
	Relações Públicas Técnico da Comunicação Social			
	Médico	Medicina		Médico
	Médico Veterinário	Medicina Veterinária		Médico Veterinário
	Nutricionista	Nutrição		Nutricionista
	Odontólogo	Odontologia		Odontólogo
	Pedagogo	Pedagogia		Pedagogo
	Psicólogo	Psicologia		Psicólogo
	Químico	Química		Químico
	Sociólogo	Ciências Sociais		Sociólogo
	Técnico de Turismo	Turismo		Técnico de Turismo
	Tecnólogo	Tecnologia		Tecnólogo
	Terapeuta Ocupacional	Terapia Ocupacional		Terapeuta Ocupacional
	Administrador de Escola Agrí- cola-Florestal	Essas Ocupações deverão ser enquadradas conforme as Formações Profissionais		Profissional de Nível Superior
	Analista de Sistemas			
	Arquivista			
	Assessor Técnico			
	Assistente de Processos Educa- cionais			
	Auditor			
	Economista Doméstico			
	Engenheiro Agrimensor			
	Engenheiro de Tráfego			
	Engenheiro Eletrônico			
	Engenheiro Hidráulico			
	Hidrobiologista			
	Instrutor de Prática Desportiva			
	Médico do Trabalho			
	Médico Plantonista			
	Meteorologista			

ANEXO IV

Tabela de Correlação de Cargos do Grupo Ocupacional Intermediário do Quadro Geral do Estado para o Cargo Profissional e suas Funções do Quadro Próprio do Poder Executivo

Técnico III, II e I	Museólogo	Essas Ocupações deverão ser enquadradas conforme as Formações Profissionais	Agente Profissional	Profissional de Nível Superior
	Musicoterapeuta			
	Orientador de Disciplina Específica			
	Perito de Trânsito			
	Pesquisador			
	Produtor Radiofônico			
	Sanitarista			
	Secretária Executiva			
	Técnico de Administração de Pesquisa			
	Técnico de Artes Cênicas			
	Técnico de Assuntos Culturais			
	Técnico de Assuntos de Trânsito			
	Técnico de Economia Rural			
	Técnico de Finanças			
	Técnico de Materiais			
	Técnico de O&M			
	Técnico de Planejamento			
	Técnico de Processos Comerciais			
	Técnico de Programas Educacionais			
	Técnico de Recursos Humanos			
	Técnico de Redação Oficial			
	Técnico de Transportes			
	Técnico Desportivo			
	Técnico Especialista			
	Tradutor Intérprete			
	Zootecnista			

ANEXO V DA LEI Nº
Vantagens Percebidas pelos Servidores do Quadro Geral do Estado - QGE

CÓDIGO DA VANTAGEM	NOME DA VANTAGEM
017	Risco de Vida
02L	Periculosidade
030	Gratificação de Zona - Depen
047	Risco de Vida
018	Risco de Vida - Depen
02O	Insalubridade Mandado Segurança
03P	Gratificação de Periculosidade Técnico Radiologista
049	Gratificação de Zona
05Q	Gratificação de Insalubridade
05R	Gratificação Espetáculo
05Z	Gratificação de Atividade Específica
02C	Hora de Voo Noturno
02B	Hora de Voo Diurno
036	Gratificação de Encargos Especiais

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os itens 11, 10 e 07, Projetos de Lei nº 340/2002, 260/2002 e 222/2002, de autoria do Poder Executivo e do Ministério Público da presente Sessão Ordinária, que concedem gratificação aos quadros de pessoal da Secretaria de Estado da Educação e do Ministério Público.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina, solicitando seja informado a esta Casa os nomes dos aprovados na última seleção para ingresso no mestrado em medicina da UEL e a área de graduação dos aprovados.

Foram recebidas denúncias de que foram aprovados na seleção para o ingresso no curso de mestrado em medicina pessoas que não têm graduação em medicina.

O presente pedido de informação tem por objetivo esclarecer a situação e fiscalizar o cumprimento da Resolução CEPE 128/98, que reestruturou o Programa de Mestrado em Medicina, a qual em seu artigo 5º, dispõe como pré-requisito para candidatar-se a vaga os portadores de diploma de curso superior em Medicina, com residência de no mínimo dois anos reconhecida pelo MEC ou estágio equivalente.

Cabe salientar que a Assembléia Legislativa tem em funcionamento Comissão Especial destinada a investigar denúncias feitas sobre as Universidades Estaduais, porque essas instituições, apesar de dotadas de autonomia, não podem se furtar de prestar contas à comunidade, posto que financiadas com dinheiro público.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Exmo. Governador Jaime Lerner, que seja estendido o abono salarial de R\$100,00 (cem reais) aos servidores da APAE vinculados ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Os servidores da APAE vinculados ao Estado do Paraná que prestam um serviço de grande importância para muitos paranaenses, necessitam, assim como os mais variados setores públicos da sociedade, de um abono salarial. Alguns setores já conseguiram, graças a este exemplar governo, o abono salarial. Agora, quem não pode ser esquecido são os que trabalham na APAE.

Na atual situação de nossa frágil economia, o nobre governo de Jaime Lerner conseguiu garantir o abono a alguns servidores, portanto, vimos por meio deste pedir que seja estendido o abono aos servidores da APAE, vinculados ao Estado do Paraná.

Não devemos esquecer de todos os esforços que esses dedicados cidadãos prestam e prestaram para o progresso do Estado do Paraná, o abono será, antes de tudo, o reconhecimento do trabalho que essas incríveis pessoas fizeram e continuam fazendo para o nosso povo.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à senhora Elvira e senhor Arlindo Klein, do município de São João, com votos de congratulações, pela passagem das Bodas de Diamante, comemorada no último dia 19 de maio do ano em curso.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Que belo exemplo de vida! Um casal que soube superar todos os empecilhos e armadilhas da vida e com muito empenho e dedicação, conseguiu chegar até aqui, coroando de pleno sucesso essa longa caminhada.

Não é só a família Klein que está de parabéns, mas toda a comunidade de São João, que tem o privilégio da convivência do casal, desde a metade da década de oitenta. Troncos de uma numerosa família, fixaram resi-

dência no município e foram logo conquistando a simpatia e amizade da população.

Trata-se de um belo exemplo de vida, principalmente nos dias atuais, onde os valores se inverteram e não se dá mais ênfase aos aspectos éticos, morais de honradez e honestidade. O casal Klein trilhou o caminho correto. Com dignidade e perseverança foram suplantando os obstáculos culminando com a celebração das bodas de diamante, ou seja sessenta anos de vida conjugal.

É extremamente justo que esta Assembléia Legislativa registre nos seus anais, fatos como esses e também preste sua homenagem até para que sirva de exemplo para que outras pessoas possam seguir os mesmos passos do casal Elvira e Arlindo Klein, oferecendo com isso muito orgulho e satisfação, não só para seus familiares mas a todas as pessoas que fazem parte da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba.

Requer-se, assim, que sejam revistas as indicações de encerramento de atividades no Colégio Estadual de Pinheiral de Baixo e Escola Municipal Pedro Gross Filho, localizados no município de Palmeira, devido ao número insuficiente de alunos.

Segundo ofício enviado pela diretoria do referido colégio a este gabinete, existem hoje 232 alunos frequentando entre ensino fundamental e médio.

Contam ainda 10 funcionários da área administrativa e 07 funcionários da área de serviços gerais.

Trata-se de colégio localizado em área rural e do qual muitos alunos necessitam para poder concluir seus estudos, estando esses muito distantes dos demais colégios do município.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da senhora Izilda Maurer Simon, ocorrido no último dia 27 de maio, em Curitiba/PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família enlutada, através de sua neta, Katerine Simon Moro, por meio de correspondência a ser encaminhada à Rua José Bonifácio Cotelengo, 819 - CEP 81220-310 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, alusivo ao sesquicentário de sua fundação a ser comemorado no próximo dia 09 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao provedor, Clemente Ivo Juliatto, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Rui Barbosa, 694 - CEP 80010-030 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação dos Municípios dos Campos Gerais, alusivos à posse da nova diretoria para o biênio 2002/2003, ocorrida no dia 28 de março próximo passado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente Jorge Sloboda, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Visconde de Taunay, nº 950- CEP 840511-000- Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 387/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Escola Estadual Romeu Pires, o atual Colégio Estadual Walde Rosi Galvão, estabelecimento educacional do município de Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da Escola Estadual Walde Rosi Galvão, para escola Estadual Romeu Pires.

O município de Pinhais, seus munícipes e habitantes da região, temos a certeza, ficarão muito orgulhosos com a homenagem que ora propomos.

Romeu Pires, mineiro de nascimento e paranaense de coração, foi um homem que muito colaborou para o

crescimento do município de Pinhais, conforme comprova a maravilhosa biografia que apresentamos em anexo.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres deputados para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 388/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar às instituições filantrópicas declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, veículos e equipamentos que se encontrem disponíveis, em apoio às entidades que estatutariamente cumprem objetivos similares à atividade-fim do Estado, em especial nas áreas de saúde e educação.

Parágrafo Único - As doações a que se refere o *caput* deste artigo serão revogadas automaticamente, revertendo ao patrimônio do Estado na hipótese de uso indevido, sendo a doação gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

São muitas as entidades filantrópicas que por falta de apoio, veículos e equipamentos, deixam de cumprir suas atividades, que em muito auxiliam o Estado do Paraná.

Nada mais justo, que nosso Estado contribua para que essas entidades minimizem suas dificuldades. São associações civis já examinadas por esta Casa de Leis, quando da declaração de Utilidade Pública do Estado, ato jurídico que legitimou a necessidade de ajuda a essas entidades comprovando a probidade das mesmas.

Por se tratar de matéria de elevadíssimo cunho meritório, conclamamos nossos pares parlamentares desta Casa de Leis, para manifestarem o seu apoio à presente proposição, que em muito atenderá não só ao interesse público, mas também ao bem comum do povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 389/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Terão direito à declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, as organizações civis cujo objeto de suas atividades, propiciem benefícios à população paranaense, cumpridos os requisitos desta lei.

Art. 2º - O Estado poderá declarar de Utilidade Pública as pessoas jurídicas de direito privado, organizações civis sem fins lucrativos, manifestadas através de:

- I - associações filantrópicas;
- II - associações recreativas;
- III - fundações;
- IV - cooperativas;
- V - associações de classes;
- VI - sindicatos;
- VII - organizações não governamentais;
- VIII - instituições religiosas;
- IX - clubes esportivos;
- X - federações.

Art. 3º - As entidades referidas no artigo anterior, deverão prever em seus estatutos, pelo menos um dos seguintes objetivos sociais:

- I - promoção de assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação;
- IV - promoção gratuita da saúde;
- V - promoção da melhoria da qualidade alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento sócio-econômico e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistema alternativo de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - consultoria jurídica gratuita, visando o respeito aos direitos e garantias individuais;
- XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - promoção de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias alternativas, nas áreas agrícolas, de combustíveis e outras de interesse do Paraná.

Art. 4º - Poderão ser declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, as organizações civis formalmente constituídas e legalmente registradas no território brasileiro, em cujos estatutos sociais claramente definam suas finalidades e objetivos e que submetam anualmente, voluntariamente, suas contas, atividades e a consecução de suas metas sociais à avaliação do Estado.

§ 1º - A declaração de Utilidade Pública do Estado, terá validade de um ano, podendo ser revalidada até o mês de dezembro de cada ano, após avaliação das atividades, na forma preceituada nesta lei.

§ 2º - Nenhuma organização civil poderá participar de convênio, ou receber recursos do Estado, sem que esteja declarada de Utilidade Pública no referido exercí-

cio, comprovando aptidão e regularidade anual de suas contas e atividades no território paranaense por Certidão expedida pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 5º - Todas as organizações civis declaradas de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná até o vigor da presente norma, deverão no prazo máximo de até 15 de dezembro de 2002, proceder à revalidação da declaração de Utilidade Pública, junto à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de ofício endereçado ao deputado estadual, preferencialmente representante da região de atuação da entidade, contemplando todos os requisitos constantes do artigo 6º, desta lei.

Art. 6º - Para declaração de Utilidade Pública, ou sua revalidação anual, as organizações civis deverão:

- I - apresentar estatuto social registrado em Cartório de Títulos e Documentos do Paraná, incluso as alterações;
- II - apresentar registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- III - apresentar certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado;
- IV - apresentar relatório de atividades comprovando a consecução dos objetivos estatutários da instituição nos últimos doze meses.
- V - apresentar cópia da Ata da última assembléia geral;
- VI - apresentar plano de metas futuras da entidade, para o próximo ano;
- VII - apresentar cópia da Ata da última eleição contendo a relação de todos os dirigentes eleitos da entidade, indicando seus nomes, qualificações, e atribuições.
- VIII - manter sede ou representação, comprovando atuação no Estado do Paraná.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

Antes de mais nada, importante se faz informar que a esfera federal tem a sua própria norma de ditar regras para qualificação de organizações da sociedade civil de interesses público (Lei nº 9790, de 23 de março de 1999), sendo que no âmbito do Estado do Paraná, os requisitos para declaração de Utilidade Pública seguem iguais princípios, diferindo tão somente quanto às instituições alvo, tratando-se de matéria concorrente à da União, cada Estado impõe regras de declaração de Utilidade Pública segundo seus interesses geopolíticos.

E sendo assim, esclareço que o principal motivo da apresentação de uma proposição deste cunho, é que o Estado do Paraná poderá tomar conhecimento da real situação em que se encontram as milhares de entidades

filantrópicas declaradas de utilidade no nosso âmbito territorial.

Não obstante a Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, obrigar a todas as instituições a prestarem contas de suas atividades, pouquíssimas prestam contas, sendo que a presente proposta dá oportunidade de revalidação das declarações de Utilidade Pública somente para as instituições que realmente se encontram atuando e cumprindo com os objetivos sociais, trazendo benefícios, de alguma maneira, à família paranaense.

O projeto de lei em epígrafe, visa iniciar um processo de moralização na declaração de Utilidade Pública de instituições no âmbito do Estado do Paraná, pois muitas delas não cumprem suas finalidades, não ajudam ninguém e nem propiciam nenhum benefício ao Estado do Paraná, só visam receber verbas públicas em benefício pessoal de alguns de seus representados. Isto é uma vergonha para os cidadãos paranaenses, a classe política não deve permitir que entidades filantrópicas frias atuem no território do Paraná.

Com a proposta de lei que apresentamos, as instituições que merecem ser consideradas de Utilidade Pública, serão anualmente declaradas, após avaliadas por este Poder Legislativo. Suas atividades desenvolvidas serão analisadas, sendo que serão aprovadas somente após a comprovação de que a entidade trouxe benefícios ao Estado do Paraná, a bem de nossa população.

A entidade ou instituição deve ser útil, ter utilidade ao Paraná, para poder receber nossas verbas públicas.

Em sendo assim, desejando ter esclarecido os objetivos da presente proposição, conclamo os nobres pares desta Casa de Leis, a aprovarem nossa iniciativa, por se tratar de matéria de mérito.

PROJETO DE LEI Nº 390/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoolatra - ARA, cidade de Formosa do Oeste, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.912.316/0001-48, com sede na Avenida Maranhão s/nº no município de Formosa do Oeste - PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação do Alcoolatra - ARA, de Formosa do Oeste, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade a recuperação de pessoas dadas ao vício do alcoolismo, proporcionando-lhes readaptação junto aos familiares e à sociedade.

Os trabalhos desenvolvidos por essa entidade têm merecido destaque na comunidade e a declaração como entidade de Utilidade Pública Estadual é de extrema importância para que a mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos aprovação da presente lei, em função dos motivos acima expostos.

PROJETO DE LEI Nº 391/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a restringir a gratuidade nos cursos de graduação oferecidos pelas unidades públicas estaduais.

§ 1º - A gratuidade a que se refere este artigo ficará restrita ao primeiro curso de graduação em que o aluno se matricular.

Art. 2º - Os recursos oriundos das mensalidades dos segundos cursos reverterão em prol da respectiva universidade, devendo ser aplicados na aquisição de livros e equipamentos destinados ao ensino e a pesquisa, na construção de salas de aula, reformas e congêneres.

Art. 3º - Caberá à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, elaborar estudo quanto aos valores a serem cobrados por curso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo restringir a gratuidade nos cursos de graduação oferecidos pelas universidades públicas estaduais, propiciando desta forma maiores chances de acesso aos cursos superiores oferecidos pelas universidades de nosso Estado.

É bastante comum a prática de se cursar dois ou mais cursos, o que sem dúvida alguma merece reconhecimento, todavia há de se considerar que o número de alunos que não conseguem chegar à universidade é bastante grande.

Temos a convicção de que com a aprovação deste nosso projeto de lei, estaremos dando maiores oportunidades àqueles alunos que não contam com recursos para cursar uma universidade paga.

A partir do momento em que o estudante termina uma faculdade inicia-se uma carreira profissional e com isto a oportunidade de se manter financeiramente e desta forma não ocupando o lugar daquele que sequer teve a chance de começar.

Por outro lado, também há de se considerar o lado das universidades que na grande maioria se encontram

com sérios problemas financeiros, muitas delas com falta de equipamentos destinados ao ensino e à pesquisa, desatualização de laboratórios e bibliotecas, deflagrando greves em prol de melhores salários e de um ensino mais valorizado.

Contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 392/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário.

§ 1º - O programa citado no *caput* deste artigo consiste em que o Governo do Estado coloque à disposição do egresso condições para que o mesmo possa trabalhar, dentro de sua condição de preso, em áreas inerentes à sua vocação profissional.

§ 2º - O programa se efetivará por sistema e parceria entre Governo do Estado do Paraná e a iniciativa privada.

§ 3º - O programa tem por objetivo disponibilizar condições para que o egresso desenvolva sua capacidade profissional e dela faça uso dentro do próprio estabelecimento prisional.

§ 4º - O programa tem por finalidade reintegrar o egresso na sociedade, dando-lhe condição para que possa trabalhar, produzir e recuperar sua dignidade humana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a integração do preso à sociedade.

A Constituição Federal, em seu capítulo que trata dos direitos sociais, cita em seu artigo 6º ser o trabalho um desses direitos, no artigo 203 cita dentre os objetivos da assistência social que o Estado deve prestar a promoção da integração ao mercado de trabalho.

O egresso já sofre por ter suprimida sua liberdade, ou seja, seu direito de ir e vir, estando confinado no cárcere por imposição jurisdicional por ter lesado a sociedade; contudo, é desumano cercar-lhe outro direito que é o do trabalho, meio pelo qual todo ser humano faz-se útil à sociedade na qual vive. O egresso não pode e não deve ser visto como peso morto, apenas gerando gastos.

Mesmo estando preso deve sentir-se útil, e o meio mais eficaz é através do trabalho, colaborando para a sociedade e usando de suas aptidões profissionais.

Assim, esperamos poder contar com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 393/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído no Estado do Paraná o Dia da Soka Gakkai, a ser comemorado anualmente no dia 03 de maio.

Art. 2º - O Poder Executivo determinará a inclusão dessa data no calendário de comemorações oficiais do Estado

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Fundada no Japão em 1930, pelo educador Tsunesaburo Makiguti, a Soka Gakkai nasceu com o objetivo de se constituir numa sociedade de criação de valores humanos, tradução literal de sua primeira denominação.

A partir de 1945, com o término do conflito mundial, a organização se engajou na luta pela retomada da dignidade da vida e dos valores básicos do ser humano, destruídos pela guerra.

Em 1975, após construir uma base sólida no país, é fundada a Soka Gakkai Internacional - SGI, estendendo sua atuação para o plano internacional - na condição de Organização Não Governamental filiada à ONU.

Entre outras realizações, destacam-se a fundação de universidades, centros culturais, museus e a promoção de eventos de natureza educacional e artístico, envolvendo os mais diversos setores da sociedade em todo o mundo. O questionamento e a busca de soluções efetivas para os graves problemas que afetam a humanidade se incluem nas preocupações da SGI.

A SGI é oficialmente registrada como Organização Não Governamental (ONG), bem como no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (UNDPI), na Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e cultura (UNESCO) e também é membro da World Federation of United Nations Associations (WFUNA).

Em agosto de 1983, o presidente da SGI, Daisaku Ikeda, foi agraciado com o Prêmio da Paz das Nações Unidas. Em setembro de 1987, a ONU conferiu ao líder da SGI o título de Mensageiro da Paz, em reconhecimento à assistência da organização à comunidade internacional.

Um ano depois, Daisaku Ikeda, recebeu uma Carta de Apeço do então Secretário Geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar, por seu apoio e novamente, em junho de 1989, recebeu o Prêmio Humanitário do Alto

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) pelo auxílio da SGI às atividades desse órgão.

Convicto de que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar este mundo, onde impera a desunião e a hostilidade, para um mundo de harmonia e coexistência, o Dr. Daisaku Ikeda tem apresentado várias propostas de paz. Ele vem dialogando com várias personalidades ligadas a essa organização internacional bem como incentivando a realização de fóruns e exposições para promover essa consciência.

Além dessas atividades, a SGI promove seminários e debates fundamentados em princípios humanísticos. Nesses eventos, questões dos direitos humanos, do meio ambiente, dos direitos das mulheres, das crianças e levantam-se dados, mas também são procuradas causas e o objetivo é sempre chegar a soluções viáveis.

Os festivais culturais promovidos pela SGI refletem o ideal de que a cultura expressa e fortifica a capacidade exclusiva do ser humano de criar significado e valor nas atividades da vida. Uma saudável cultura popular - no sentido de refletir o vigor de um povo e suas aspirações visando ao futuro - pode ser pensada como um barômetro para esses invisíveis níveis de "paz" na sociedade como um todo. Pelo mesmo motivo, uma educação humanística que desenvolve o potencial criativo, que alimenta a vida dos jovens, deve ser promovida para que a humanidade possa desfrutar os resultados dessas ações.

O movimento de paz da Soka Gakkai não se limita a qualquer interpretação ideológica específica do mundo. Fundamenta-se na filosofia budista de Nitirei Daishonin, que sustenta que a vida representa o valor supremo, e não pode ser comprometido ou tomada como um meio para um fim. Todas as atividades nos campos da cultura e da educação, têm como objetivo maior a criação de valores humanos e a proteção da vida contra a violência e a guerra.

A Associação Brasil SGI - BSGI, foi fundada em 19 de outubro de 1960, por Daisaku Ikeda. Além de promover atividades internas que visam o desenvolvimento humano do cidadão, realiza inúmeras atividades que seguem os mesmos passos da SGI à qual é filiada em prol da paz por meio da cultura e educação.

Na década de 70 essas atividades se intensificaram, ultrapassando no âmbito interno da BSGI, estendendo-se para a sociedade e conquistado inúmeros simpatizantes com seus propósitos humanísticos.

Durante a terceira visita do presidente da SGI, Daisaku Ikeda, ao Brasil em 1984, foi fundada a Coordenadoria Cultural, formando então pelos Departamentos Educacional, Científico, Artístico e Social. Atualmente, esta coordenadoria é formada por oito departamentos: Artístico, de Cientistas, de Saúde, de Juristas, e Executivo, de Comunicação, Conselho de Grupos de Arte, de Orquestra (Orquestra Filarmônica Brasileira do Humanismo Ikeda- OFBHI).

O Departamento Educacional que desenvolve dois projetos: o Projeto Makiguti em Ação e o projeto de

Alfabetização em 40 horas/aulas, passou a ser chamada de Coordenadoria Educacional.

Além das atividades desenvolvidas por esses departamentos e pela Coordenadoria Educacional, a BSGI realiza simpósios e palestras, festivais, exposições, cursos e intercâmbios visando ao bem-estar social por meio da criação de valores humanos.

Em razão do trabalho feito pela comunidade Soka Gakkai, foram instituídos dias municipais de comemoração em diversos municípios, Londrina e Cambé também comemoram o Dia da Soka Gakkai em 03 de maio, razão pela qual pretende-se incluir essa comemoração também no calendário oficial do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 394/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Valorização Profissional junto aos egressos do Sistema Penitenciário.

§ 1º - O programa citado no *caput* deste artigo consiste em que o Governo do Estado coloque à disposição do egresso condições para que o mesmo possa trabalhar, dentro de sua condição de preso, em áreas inerentes à sua vocação profissional.

§ 2º - O programa se efetivará por sistema e parceria entre Governo do Estado do Paraná e a iniciativa privada.

§ 3º - O programa tem por objetivo disponibilizar condições para que o egresso desenvolva sua capacidade profissional e dela faça uso dentro do próprio estabelecimento prisional.

§ 4º - O programa tem por finalidade reintegrar o egresso na sociedade, dando-lhe condição para que possa trabalhar, produzir e recuperar sua dignidade humana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.05.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a integração do preso à sociedade.

A Constituição Federal, em seu capítulo que trata dos direitos sociais, cita em seu artigo 6º ser o trabalho um desses direitos, em no artigo 203 cita dentre os objetivos da assistência social que o Estado deve prestar a promoção da integração ao mercado de trabalho.

O egresso já sofre por ter suprimida sua liberdade, ou seja, seu direito de ir e vir, estando confinado no cárcere por imposição jurisdicional por ter lesado a sociedade; contudo, é desumano cercar-lhe outro direito que é o do trabalho, meio pelo qual todo ser humano faz-se útil à sociedade na qual vive. O egresso não pode e não deve ser visto como peso morto, apenas gerando gastos.

Mesmo estando preso deve sentir-se útil, e o meio mais eficaz é através do trabalho, colaborando para a sociedade e usando de suas aptidões profissionais.

Assim, esperamos poder contar com o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno e Grande Expediente, nós concedemos, inicialmente, a palavra ao secretário durante trinta minutos para expor aos senhores parlamentares e aos nossos convidados o resultado do primeiro quadrimestre do ano.

Com a palavra, o nosso secretário Ingo Hübert.

O SR. INGO HÜBERT

Muito obrigado, senhor presidente, nobres deputados desta Casa, representantes do povo do Paraná.

Aqui estamos mais uma vez em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, para expor a esta Casa de Leis, a Casa que representa o povo paranaense, os principais números do desempenho financeiro do primeiro quadrimestre do ano de 2002.

Já antecipando, posso dizer que os números foram bastante bons, como já havíamos também prognosticado, uma vez que estamos hoje desfrutando dos resultados dessa grande transformação econômica que aconteceu em nosso Estado ao longo principalmente dos últimos sete anos sob os desígnios do governador Jaime Lerner que se caracteriza em primeira linha pela industrialização que o Paraná vem apresentando.

Na primeira planilha nós temos a execução do primeiro quadrimestre de 2002. Podemos ver que as receitas totais chegaram a dois bilhões oitocentos e vinte e oito milhões e as despesas totais que são despesas correntes e despesas de capital montaram em dois bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões. Portanto, com resultado positivo. Esta pequena que tivemos aqui, 4%, entre o projetado e o realizado, se refere a empréstimos e a convênios que estavam sendo previstos, mas que acabaram não sendo realizados porque não foram necessários. O Tesouro conseguiu administrar a sua situação.

No quadro seguinte, 102, temos a situação do ano de 2002. Aqui podemos ver que estamos projetando para o ano um quadro de 9,7 bilhões, quase 10 bilhões de receitas totais, e algo semelhante a isto em despesas totais. Aqui apenas gostaria de chamar a atenção para o número de dedução para o Fundef, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. Vamos ver um quadro depois sobre o ensino, mas o governo está imaginando, está projetando dispendir 732 milhões de reais somente para o ensino. Isto demonstra a grande importância que o governo Jaime Lerner está emprestando ao desenvolvimento da educação, ao ensino neste Estado.

No quadro seguinte nós vemos talvez a verdadeira essência do desempenho financeiro deste quadrimestre onde vemos que havia se projetado um resultado primá-

rio, apenas para lembrar, o resultado primário é a diferença entre as receitas fiscais, as despesas fiscais não considerando amortização de empréstimos e pagamento de juros, havia se projetado um número de 386 milhões, alcançou-se 744 milhões de superávit primário. Este é um dos melhores resultados de um quadrimestre que o Estado do Paraná alcançou em toda a sua história até o presente momento.

No quadro seguinte, quadro 301, nós temos o desdobramento da receita decorrente líquida, o demonstrativo do quadrimestre, podemos ver que esta receita foi de dois bilhões cento e vinte e oito, um pouco menos, 5,7 menor do que o projetado, principalmente em função de transferência a menor da União para o Estado do Paraná, mas a receita tributária do Paraná está se comportando bastante bem. Tivemos, então, aqui, deduções para os municípios.

Esse é outro número que gostaria de salientar, de 825 milhões, ou seja, ao longo desses primeiros quatro meses do ano 2002, 825 milhões de recursos tributários foram transferidos aos municípios. Às vezes, não se entende muito bem o efeito de uma fábrica em Curitiba ou em Londrina ou em Maringá sobre os demais municípios. É claro que essas fábricas, independente de sua localização, aumenta, o bolo de impostos e através dos critérios de distribuição, que são proporcionais ao número de habitantes, todos os municípios se beneficiam, independente de onde esteja localizada a fábrica.

Assim, tivemos esse número que, também, foi bastante expressivo acima do projetado de 825 milhões que foram transferidos, em quatro meses, aos 399 municípios do Estado.

O quadro seguinte, da Receita Corrente Líquida, ainda, temos a mesma situação projetada para o ano, e aqui, gostaria de salientar apenas que o número previsto para o ano da Receita Corrente Líquida é de 6,8 bilhões e está se deduzindo dessa receita dois bilhões e trezentos e trinta e quatro milhões para os municípios e seiscentos milhões para o Fundef.

No quadro seguinte, Receita Corrente Líquida, vemos a mesma situação dos últimos doze meses, tivemos um superávit, a nossa receita foi 5% maior do que o projetado, nossa receita tributária, portanto, nossa arrecadação, principalmente, se comportou de maneira bastante boa.

Tivemos, de transferência correntes para o Fundef, quase seiscentos milhões de reais, e deduções, dois bilhões trezentos e noventa e seis.

Vamos analisar um pouco a despesa de pessoal, como estamos em relação à nossa responsabilidade fiscal no que diz respeito à despesa com pessoal.

Podemos ver, aqui, no quadro 4.01. No primeiro quadrimestre, realizamos novecentos e cinquenta milhões no Poder Executivo, o que representa uma média de duzentos e trinta e sete milhões ao mês em despesas com pessoal.

A despesa líquida de pessoal, no ano, está sendo projetada em três bilhões, duzentos e noventa e sete, praticamente, 3,3 bilhões de reais.

Como é que nós estamos com essa despesa? O que representa essa despesa para nós? Ela é alta? Ela é baixa? Está dentro da lei ou não?

O quadro 4.02 nos mostra isso. Sabemos que pela lei, o Executivo poderia ter um máximo de 49% da Receita Líquida comprometida com pessoal; o limite prudencial, estabelecido pela lei e que é de 95% do limite legal, nos conduziria a 46,5.

Pois bem, fechamos os últimos doze meses com 48,36% e estamos um pouco acima do limite prudencial, que é de 46,5 e estamos abaixo do limite de 49%.

Então, estamos dentro da lei, sim, mas temos que operar essa despesa com pessoal com todo cuidado, porque qualquer aumento, por pequeno que seja, pode nos levar para acima dos 49%, o que, realmente, nos colocaria fora do nosso ajuste fiscal e da Lei nº 101.

A rigor, deveríamos estar um pouco mais abaixo, deveríamos, prudencialmente, estar em 46,5%, o que deverá acontecer até o final do ano, provavelmente, deveremos nos aproximar bastante desses 46,5% uma vez que a arrecadação está subindo. Nem tanto pela redução dos custos com o pessoal, mas pelo aumento da arrecadação.

No quadro seguinte, no 5.01 nós analisamos o nosso desempenho também dentro da lei, com relação às despesas com insumos. Como já havia me referido antes, a Receita Líquida resultante de impostos, nesse primeiro quadrimestre, foi de 1,9 bilhões de reais e esta é a base que a lei prevê para a fixação do limite anual de 25% nas despesas de Educação.

Pois bem, o Estado do Paraná aplicou no primeiro quadrimestre de 2002, quinhentos e treze, setecentos e setenta e nove milhões, o que representa 26,29% da Receita Líquida resultante de impostos. Isso significa que estamos acima até daquilo que a lei nos impõe em termos de despesas com ensino, mais uma vez provando a importância que esse governo também dá a essa importante área da Administração Pública do Paraná.

Da mesma maneira, o quadro seguinte, 6.01, existe uma análise das despesas de saúde. Nós vemos que havia um limite projetado de 3% do limite líquido de impostos para a saúde, alcançou-se um total de cento e oito milhões de aplicações em saúde, o que representa 6,09% da receita líquida de impostos. Portanto, um pouco mais que o dobro daquilo que havia sido projetado para o primeiro quadrimestre do ano.

Até o final do ano, diga-se de passagem, o Estado pretende alcançar 9% o que é um desafio bastante grande.

Isso significa que um bom montante ainda da nossa arrecadação nesses próximos dois quadrimestres, serão aplicados neste também importante campo que é o campo da saúde.

Como último ponto da apresentação, gostaria de analisar agora, um pouquinho a situação do endividamento do Estado.

Os jornais têm falado bastante do endividamento do Estado do Paraná. Será que é alto? Será que é baixo? Será que é condizente com o estágio de desenvolvimento, ou não?

Temos vários parâmetros que nos são estabelecidos pelas leis e também pelo nosso ajuste fiscal, que como os nobres deputados lembram, foi assinado no mês de outubro do ano de 2001, portanto o Paraná foi um dos primeiros dos Estados que submeteu e assinou o seu plano de ajuste fiscal.

No que diz respeito à capacitação de endividamento do Estado, antes de mais nada há de se estabelecer a base. E essa base, seguindo a lei, isso é o quadro 7.02, é o serviço líquido da dívida, ou seja: são quatrocentos e dez milhões de reais. Esse seria o serviço da dívida, exceituando-se a dívida com a União.

No quadro seguinte, nós vemos agora os índices que nos avaliam a performance do Estado.

Então, a 1ª questão que a lei aborda, é que o limite legal da receita corrente líquida é de 16% em operações de crédito.

O Estado do Paraná poderia ter 16% em operações de crédito, quer dizer: seriam empréstimos novos que o Estado estaria fazendo, o que daria teoricamente, um total de um bilhão e vinte e três milhões. E disso o Estado do Paraná comprometeu cinquenta e sete milhões. Uma pequena parcela, não aumentando o endividamento do Paraná.

Daqueles 16% que mencionava, que seria o limite, o Estado usou apenas 0,9%, portanto em termos de ingresso de novas operações de crédito, o Estado do Paraná está observando uma prudência quase monástica, a fim de não aumentar os desembolsos correspondentes à isto.

No quadro 7.04, nós vemos o quanto o Estado poderia estar comprometendo de serviço líquido da dívida pública ou seja, o Estado do Paraná, pela magnitude da sua economia, poderia estar usando um limite de 11,5% da receita corrente líquida como serviço da dívida.

Pois bem, o Estado está usando apenas 2,03%, ao invés dos 11,5%. Ele gastou, então, no quadrimestre, cento e trinta milhões de reais. Está, portanto, muito abaixo do limite máximo que a lei prevê.

No quadro 7.05, nós analisamos a capacidade do Estado do Paraná de conceder garantias aos seus órgãos para comprometimento de dívidas. E também, pela lei, o limite seria de 22% da receita corrente líquida, o que daria um limite total de 1,4 bilhões de reais. Deste limite, que seria de 22% da receita corrente líquida, o Estado está utilizando apenas 18,33%, o que é a somatória de todas as garantias que o Tesouro ofereceu aos seus órgãos, às autarquias, aos diversos programas de obras, aos diversos projetos de governo, enfim.

O quadro 7.06 também fala do endividamento do Estado, que fala da capacidade da ARO, ou seja, de antecipação da receita orçamentária. É bem verdade que no último ano de governo, isso nem seria possível, mas nos

demais anos o Estado teria podido antecipar receita de até 7% da receita Corrente Líquida, mas no último ano não precisou fazer uso disso, nunca atrasou uma folha, não atrasou o 13º, está colocando as contas relativamente em dia e não houve nenhuma necessidade de antecipação de receita orçamentária, aquele 7% que o Estado poderia ter usado, mas não usou.

No quadro 8.01, temos uma visão quadrimestral da dívida pública. Podemos ver que a nossa dívida fundada total, e anatem os nobres deputados que de acordo com a Resolução nº 50 do Senado Federal, este montante agora já inclui cifras de precatórios, de acordo com o critérios desta Resolução, e essa dívida total, hoje, é de 8,891 bilhões de reais, envolvendo uma dívida interna, grande parte com a União, de 7,1 bilhões e uma dívida externa com os Bancos de fomento de 1,747 bilhões.

Só para os senhores terem uma idéia, países como Inglaterra, como Alemanha, como França, normalmente, costumam comprometer de 1 a 1,5 produtos internos brutos no seu endividamento total. Esta é uma cifra normal. O Paraná tem um Produto Interno Bruto da ordem de 70 bilhões de reais, e por aí também pode-se ver que este endividamento total é algo perfeitamente suportável; não é um endividamento excessivo para o Estado do Paraná, tendo em vista a pujança da nossa economia, principalmente agora com este novo perfil e a prova também é que as prestações do serviço da dívida, tanto com a União como também com os bancos nacionais e internacionais, está rigorosamente em dia.

Sobre a dívida pública, nós temos o quadro 8.02, que diz que temos um total, na visão anual, de 1,7 bilhões em moeda estrangeira. Nós tivemos uma variação cambial média, no ano passado, de 8,26% e uma variação do IGPDI, que indexa a dívida interna, de 11%. Então, com isto o saldo devedor teve uma evolução líquida de 8,25% no ano.

E, finalmente, o quadro 8.03, que nos mostra o limite da dívida pública que, de acordo com a lei, poderia ser de duas vezes a Receita Corrente Líquida, e o Estado do Paraná está usando apenas um limite de 1,43 vezes essa Receita Corrente Líquida.

Então, senhor presidente, senhores deputados esses números mostram a situação das finanças públicas do Paraná na execução do trimestre. E como bem viram, a situação é boa, na sua essência. Evidentemente ela requer uma administração cautelosa. Nós vimos aí, principalmente na área de pessoal que estamos entre o limite prudencial e o limite máximo, portanto, temos que ter a devida cautela administrativa. Porém, em todos os parâmetros analisados e em todos os parâmetros também do nosso ajuste fiscal, o Estado do Paraná, hoje, está dentro dos limites legais, o que significa que esse governo, encerrando as suas atividades no final deste exercício, dentro da lei, sem deixar dívidas não-lastreadas, dívidas não-cobertas para o próximo governo, e inclusive, adicionando uma poupança, que é aquele ICMS diferido pelas indústrias, que estará paralelamente ingressando nos

cofres do Estado a partir deste ano, a partir dos próximos anos. Portanto, é uma situação plenamente condizente com a Lei 101, uma situação condizente com a Responsabilidade Fiscal.

Apenas para terminar, eu juntei mais 04 transparências de alguns indicadores do Paraná que são simplesmente impressionantes. São indicadores baseados em dados do IBGE, do IPARDES, da própria Copel, e que eu gostaria de apresentar rapidamente aqui.

Essas mudanças estruturais se referem à década, ou seja, existe aqui um comparativo entre o ano de 1990 e 2000 no Estado do Paraná e destaca-se que houve mudanças, particularmente, importantes a partir de 1994, principalmente a partir da existência também do Plano Real.

Primeiro lugar, vemos aqui o quadro do PIB do Paraná em que podemos ver que a área de serviços já superou a área industrial. Esse é um ponto importante, porque normalmente se diz que a indústria não produz empregos. Isso é até verdade, porque no mundo inteiro a indústria de automação, ela produz empregos até qualificados, mas nem de longe na mesma proporção que o setor de serviços. Pois bem, a boa notícia para o Paraná é que nesse último período o setor de serviços teve um crescimento maior do que dos demais setores. Isso realmente é um prenúncio de uma geração de empregos positiva.

Quadro seguinte, por favor.

Aqui podemos ler o número de empresas com agregado tecnológico. O que eu falo aqui são empresas eletroeletrônicas, empresa metal-mecânica, empresas de software, empresas que oferecem empregos muito mais bem pagos do que o tradicional. Podemos ver que esse segmento cresceu em 33% em um terço do período.

Outro dado bastante importante é que, se nós olharmos o ensino fundamental, nós vamos ver que o número de alunos é praticamente semelhante; não cresceu muito. Por outro lado, o ensino médio cresceu de 237 mil para 432 mil alunos, ou seja, teve um crescimento de 100% na década. O ensino superior teve um crescimento de 50% na década. O número de doutores teve um crescimento de 130% na década. Isso tudo para um crescimento da população de 13%. O que significa isso?

O Paraná, nesses últimos anos, se intelectualizou, está se intelectualizando, está havendo uma grande migração para os cursos de maior nível intelectual. Em termos de indicadores sociais, é importante a gente considerar esses quadros, porque vemos o lado financeiro, que é um lado de números basicamente-, aqui, estamos vendo o resultado econômico e social desses números. Vemos um grande ganho de imortalidade infantil; um ganho de mortalidade por doenças transmissíveis; os leitos hospitalares diminuíram, o que não é ruim, é bom, porque isso significa que menos hospitais estão sendo necessitados, confirmando os números anteriores.

A população economicamente ativa cresceu, em 78%, para um crescimento de 13% da população total.

No quadro seguinte vemos o setor de serviços.

Normalmente, se considera a indústria, mas se esquece esse setor de serviços. Vejam os senhores os aumentos que tivemos aqui: 35%, o número de hotéis; 37%, o número de restaurantes; 59%, no número de empresas de transporte. Essas são empresas que não têm imposto diferido, que pagam seus impostos desde o primeiro dia e geram empregos em profusão.

Finalmente, última transparência, um dos melhores termômetros sociais - este daqui é importante, no Paraná - é a pirâmide de consumo de energia elétrica. podemos ver que nessa última década todos os segmentos acima do segmento mais baixo, tiveram crescimento muito grande, ao passo que o segmento mais baixo permaneceu do mesmo tamanho. Isso significa que houve uma melhoria do poder aquisitivo, uma melhoria do consumo de energia elétrica, houve um aumento nas compras, principalmente na linha branca, e houve um progresso social, que está totalmente em fase, com a industrialização, com esses estabelecimentos de serviço, com esse novo grande perfil do Paraná, que deixou para trás aquela república agrícola - nada contra a agricultura, pelo contrário, a agricultura também cresceu e se desenvolveu, melhorando a sua produtividade. As nossas principais culturas tiveram melhorias de produtividade, toneladas/hectare, de 50 e 90%, na década. Isso significa capital agregado, mais produtividade e mais tecnologia. A agricultura continua desempenhando um papel importante, mas os outros setores, cresceram muito mais.

Hoje, o nosso Estado caminha rapidamente para uma situação de economia pós-industrial; a população aumenta o seu nível intelectual; os indicadores sociais e o poder aquisitivo melhorando, principalmente, a arrecadação fiscal, que é que nos interessa, para essa apresentação de hoje, melhorando.

Com isso, senhor presidente, senhores deputados, eu gostaria de encerrar essa apresentação e devolver a palavra ao Exmo. Presidente, Hermas Brandão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deixamos agora abertas às inscrições dos senhores parlamentares, para fazer as perguntas referentes ao quadrimestre, sobre a economia do Estado, sobre os resultados apresentados pelo secretário Ingo.

Inicialmente, concedo a palavra ao deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Boa-tarde, senhor secretário.

Senhor presidente, acho que o primeiro aspecto que temos que levar em conta, é a dificuldade que esses deputados encontram em debater com o Executivo, só resultados fiscais a cada quadrimestre. Uma vez que o governo não nos envia antecipadamente os relatórios orçamentários, fica difícil a sua análise e a sua discussão.

Como preconiza a Lei Complementar nº 101, a transparência das contas públicas exige a informação

para todos. Ela não pode ser apenas um instrumento do Executivo. Infelizmente, recebemos essa documentação apenas na segunda-feira, à tarde. Tenho certeza que o presidente da Casa tem cobrado permanentemente.

Acho que como referência de discussão, vamos, poder analisar - tínhamos algumas informações - o primeiro bimestre deste ano e que pode indicar algumas tendências, que podem ser mantidas ou não. Se nós entendermos que a cada bimestre em relação ao ano nós temos 17% do orçamento e da sua execução, e que a gente espera que isso seja realizado dentro dessa proporção, nós vamos notar que efetivamente do total de despesas empenhou-se no 1º bimestre, 15%, agora quando a gente pega por sub-função, a gente tem algumas surpresas.

Por exemplo, a sub-função Comunicação Social, já no 1º bimestre, empenhou 73% do total, programado para o ano, e se a gente observar que a dotação daquele bimestre já havia sido atualizada em mais de 200% em relação à dotação inicial, eu gostaria de perguntar como é que fica, se no 2º bimestre qual foi a tendência, o que mais foi empenhado nesta área de Comunicação Social, porque, ao contrário, por exemplo, só se empenhou 4% das despesas governamentais com assistência à criança e adolescente, empregabilidade na função-trabalho empenhou-se 1%, a função-habitação rural somente 3% do projetado para o ano, questão ambiental, 6%, função agricultura, somente 1% do programado, pagamento do serviço da dívida interna empenhou-se 21%, enfim, me parece que embora as despesas possam ser ou não sazonais, por que é que algumas áreas, especialmente Comunicação Social não seguem essa mesma sazonalidade?

Em segundo lugar, nós também gostaríamos de, retornando ainda ao 3º quadrimestre de 2001, nós vimos que foi apresentado que nós teríamos na despesa líquida em pessoal para o pessoal ativo civil, uma despesa de 1 bilhão 374 milhões e 895. Na verdade quando foi apresentado o relatório da gestão fiscal, vimos para o pessoal ativo civil uma despesa de 1 bilhão, 601 milhões, ou seja cerca de 250 milhões a mais, o que levanta bastante o índice com relação a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda num terceiro aspecto, os senhores nos divulgam uma dívida do Estado do Paraná, de 8 bilhões, 881 milhões. Curiosamente, no quadro apresentado pelo Banco Central do Brasil, departamento da dívida pública, tabela 1.2, de dezembro, ainda de 2001, já aparece no quadro do total da dívida em 10 bilhões, 360 milhões, e leva-se em conta aqui que a dívida externa já aumentou com relação a alguns números que o senhor apresentou ainda hoje.

Independentemente dessas discussões da Lei de Responsabilidade Fiscal, que eu acho que seria importante, mas como eu disse, fica muito difícil a gente estar discutindo em cima de um bimestre, não do quadrimestre, porque essas informações nós só as tivemos recentemente.

Então, eu não considero isso uma audiência pública. Eu considero muito mais uma palestra de apresentação de números. Para uma audiência pública, haveria necessidade de uma discussão, um debate mais aprofundado. Como também em inúmeras oportunidades nós não temos conseguido algumas informações, eu gostaria de aproveitar o ensejo e perguntar ao senhor, por exemplo, qual o valor que o Estado tem a receber de ICMS do programa de industrialização, e este prazo de recolhimento já foi adiado, qual o prazo para o seu recolhimento?

Por exemplo, qual o valor já incorporado ao patrimônio do Fundo Estadual de Previdência? Gostaria também de saber, com relação a este Fundo de Previdência, havia necessidade da venda da Copel, ela não ocorreu, qual é o valor hoje necessário para capitalizar este Fundo efetivamente? Eu sei que são valores público, mas o senhor poderá nos responder, quanto o governo já recebeu em antecipação dos royalties de Itaipu e quanto há ainda a receber e em que prazo?

Quais os valores repassados pela Copel ao Estado nos últimos 7 anos, a qualquer título que seja?

Gostaríamos ainda de saber o percentual de venda realizado de ações da Copel, quanto isso significa efetivamente em recursos? Nós temos aqui, inúmeras vezes, discussões dentro desta Casa e essas discussões variam os números. Nós gostaríamos de saber se essas ações, cujas vendas já foram realizadas, qual o valor integralizado ao Orçamento do Estado e gostaria de solicitar a cessão desses últimos quadros apresentados, para que a gente pudesse efetivamente analisá-los, uma vez que nos os temos e gostaríamos de ter conhecimento e dizer que, se queremos audiência pública, eu pediria encarecidamente ao secretário, à sua equipe, que eu sei que não mede esforços para nos mandar as informações, que elas nos chegassem com dez, quinze dias de antecedência para dar tempo de poder ser estudado.

Gostaria de formular mais uma pergunta:

Qual foi o percentual de “Restos a pagar” de 2001 em relação a 2000, o seu incremento, e quantos foram os empenhos cancelados de 2000 para 2001, e de saber ainda quais são os débitos que o DER possui com empreiteiros na data de hoje?

O SR. INGO HÜBERT

Nobre deputado Isfer, na verdade, V. Exa. está me perguntando um tratado, mas vamos por partes.

Eu gostaria de salientar que, independente da data em que as informações sejam mandadas aos deputados, a qualquer momento e a bem da transparência, elas estão disponíveis para qualquer deputado. Eu sei que V. Exa. é um exímio utilizador da Internet e do seu computador e se V. Exa, quiser tomar nota, as informações, independente do envio a esta Casa, estão integralmente disponíveis no site “www.pr.gov.br/sefa”. Existe outro site que V. Exa usa, que é um site que nós abrimos na Secretaria

da Fazenda, especialmente para perguntas, dúvidas, críticas e sugestões. É o site: “sefa a pr.gov.br”.

Através desses dois sites, V. Exa. não apenas poderá ter as informações em tempo real, a qualquer momento, como poderá, em caso de dúvida ou algum número faltante ou não bem claro ou a algum número não bem explicado, fazer as indagações correspondentes através do segundo “site”.

Sobre as questões que V. Exa. levantou, algumas delas eu tenho à disposição, outras eu não tenho. As que eu não tiver, eu vou, na medida do possível solicitar à minha equipe, e as enviaremos com maior prazer a esta Casa, às atenções do senhor presidente e de V. Exa.

Em primeiro lugar, em relação à indagação da Comunicação Social e demais programações do Orçamento.

Eu entendo que o importante ao longo do ano é o cumprimento do Orçamento. Cumprimento na sua essência e íntegra. Evidentemente as diversas áreas têm programações diferentes variáveis. Algumas áreas têm um comprometimento em meses.

Por exemplo, do início do período, diferente dos demais. Então, a Secretaria da Fazenda não pode e nem poderia entrar no mérito destas programações, uma vez que com isso estaria interferindo na esfera operacional de cada uma dessas secretarias, uma vez que dentro do Orçamento, desde que não se exceda os limites da dotação Orçamentária, cada secretaria tem sua plena autonomia, tem sua liberdade para administrar a sua fatia do Orçamento da maneira que mais lhe parecer conveniente. À Secretaria da Fazenda cabe disponibilizar os recursos financeiros na medida em que isso se fizer necessário.

Em relação às Despesas de Pessoal...

O SR. MARCOS ISFER

Se o senhor me permite, só do segundo bimestre, as despesas de Comunicação Social, se o senhor pudesse me dar. Não tive esses dados e não tenho Internet aqui.

O SR. INGO HÜBERT

Eu também não os tenho aqui. Teria que consegui-los, mas o senhor seguramente em seu gabinete os terá com grande facilidade.

O importante nas despesas de pessoal é que não se exceda às previsões legais, principalmente da Lei 101 que, de preferência, se respeite, também o limite prudencial. O Estado do Paraná, hoje, está abaixo daquilo que determina a lei. Portanto está dentro do limite da lei, abaixo dos 49% - o Poder Executivo, mas está acima do limite prudencial.

Portanto, é notório que cabe, ainda, um esforço no sentido de trazer esta relação para o limite prudencial ou para próximo dele, como determina a própria lei. E isto faz parte da administração do Executivo ao longo deste ano. É isso que se pretende até o final do ano. Evidente que para isto, dois fatores são necessários: em primeiro lugar, se controlar as despesas com pessoal; por outro

lado se elencar a arrecadação, que, para nossa felicidade, está acontecendo através de uma fiscalização mais intensa e outra através de uma administração bastante responsável do próprio quadro de pessoal.

Em termos de dívida, os números que a Secretaria da fazenda usa, são os números e os critérios também estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, acordados entre esses dois organismos dentro dos critérios da contabilidade de finanças públicas e existe um documento bastante claro, assinado pela Secretaria do Tesouro Nacional, pelo governo que mostra o valor da chamada Dívida Fundada do Estado. E essa Dívida Fundada do Estado - independente de quaisquer outras publicações que podem seguir os mais diferentes critérios que a gente desconhece, é de 8,9 bilhões.

Em termos de Previdência.

Até onde se tem o segmento disto, no momento a nossa Previdência tem um fundo de aproximadamente 2 bilhões de reais, provenientes, principalmente, dos royalties, e também até onde tenho conhecimento, a linha de cruzamento, ou seja: aquele valor que permite com que o plano deslanche, ele seria de aproximadamente 8 bilhões de reais. E isso será conseguido ao longo dos anos, através tanto das contribuições do Estado, como também das contribuições dos próprios funcionários.

É evidente que com a privatização da Copel, esta situação seria muito mais confortável, teríamos uma reserva matemática constituída num prazo muito menor com segurança, principalmente, para os próximos governos. Nem tanto para este, porque este governo não teria nenhum privilégio, nenhuma vantagem disto. Mas seria uma demonstração de responsabilidade para com os próximos governo. Agora, como não aconteceu a privatização, este Fundo está crescendo dentro do seu programa, de forma bastante natural com as contribuições dos funcionários.

Em termos de royalties, para se ter uma ordem de grandeza: Itaipu paga, aproximadamente, 6 milhões de reais por mês, que estão sendo carregados, melhor dizendo, estão indo hoje para a União; foram trocados por títulos federais. Estes títulos federais estão no Fundo Previdenciário do Paraná Previdência e estarão rendendo juros, estarão sendo capitalizados ao longo do tempo.

Em relação acerca de 40% das ações preferenciais que foram colocadas no mercado, criando liquidez, inclusive aumentando o valor da Copel, portanto, aumentando o valor do patrimônio do Estado, teríamos que fazer toda uma seqüência, ou seja, teríamos que recapitular o passado para resgatar os volumes e também os preços pelos quais foram alienadas estas ações preferenciais nos vários momentos e nos vários leilões que o foram.

Lembre, V. Exa., que o primeiro leilão aconteceu nos idos de 1995, portanto teríamos que fazer todo um levantamento de volume e preços para poder responder à sua pergunta. Nada difícil de ser feito, mas requer um pouquinho de trabalho braçal da minha equipe. Nós até

podemos realizar isto. Eu creio que, salvo algum engano da minha parte, eu cobri as perguntas.

O SR. MARCOS ISFER

E o ICMS do programa de industrialização?

O SR INGO HÜBERT

Ah, sim, desculpa, pulei isto.

Nós temos hoje uma reserva calculada em, aproximadamente 900 milhões de reais que é, como V. Exa. sabe, o ICMS diferido. Quando as indústrias foram trazidas para o Estado do Paraná e com toda certeza, essas indústrias estariam hoje em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, certamente não no Paraná se não houvesse este programa de incentivo, até porque a grande maioria dos Estados possui programas de incentivos muito parecidos, mas em nenhum momento se caracterizou renúncia fiscal de um centavo que seja. O que se fez foi um diferimento de impostos, e como resultado desse diferimento o governo passará para o próximo governo, esta reserva. Ela está já entrando, paulatinamente, nos cofres públicos, numa pequena dosagem, uma vez que, como sabemos, o Prodepar, Programa de Desenvolvimento do Paraná, estipula 48 meses, então, a partir de 48 meses estes recursos voltam para o Tesouro. Isto já está acontecendo num pequeno volume. Esse volume vai se intensificar, sendo que a poupança que está sendo transferida para os próximos governo é da ordem de 900 milhões de reais.

O SR. MARCOS ISFER

Mas nós não podemos esquecer que aí dentro destes 48 meses, houveram outras dilações, quer dizer, a perspectiva desses recebimentos, e bem da verdade, tem um cronograma bastante elástico!

O SR. INGO HÜBERT

Apenas corrigindo aqui, não houve dilações, houve, sim, extensão do prazo de fluência, o que é diferente, completamente diferente. Dilação é o período que eu estabeleço para que um imposto que é devido hoje seja pago. Fluência significa por quantos meses eu posso me valer deste benefício. Então, na realidade, aconteceu que, em alguns casos, e dependendo da negociação e do protocolo assinado, alongou-se o prazo de fluência. Mas isso não significa que o imposto, após 48 meses não esteja entrado nos cofres públicos, como está.

O SR. MARCOS ISFER

Mas isso também poderia, de qualquer forma, ser informado através da Internet, esse belo serviço que os senhores dispõem, na Secretaria de Finanças para que se pudesse ter acesso.

Com relação aos restos a pagar e o montante de débitos DR, hoje, eu entendi, pelo que V. Senhoria colocou, que a Comunicação Social já não tem praticamente nada para gastar.

O SR. INGO HÜBERT

Apenas colocando aí a questão, evidentemente cada Secretaria tem o seu programa de aplicação e o importante é que o orçamento seja cumprido, dentro do ano. À Secretaria da Fazenda não cabe interferir nas programações das Secretarias, de modo que eu sugiro aí que V. Exa. dirija, quem sabe, uma indagação do tipo ao chefe e da agência de comunicações que, seguramente, poderá lhe responder sobre o desenvolvimento do ano.

Eu gostaria de abordar, como V. Exa. me pediu, a questão dos restos a pagar.

Aqui está, no final de 2001, 31/12/2001, nós tínhamos um total de 37 milhões de restos a pagar, processados, e 284 milhões de restos a pagar, não processados. Apenas para entender isso aí, restos a pagar não significam necessariamente dívidas, significam empenhos. Empenhos podem estar em vários estágios, podem estar em estágios de projeto, podem estar em estágio de licitação, de contratação, de mediação, de faturamento e de pagamento. Estes quatrocentos e vinte e dois milhões que tínhamos em 31/12, foram reduzidos no trimestre já a cento e trinta e quatro milhões, ou seja, vários desses empenhos que ainda não foram objetos de contratos, neste intervalo foram contratados, foram objetos de obras, de medições, de faturas, apareceram no Tesouro e foram quitados. Então nós temos hoje ainda um total de cento e oitenta e quatro milhões de resto a pagar, em vários estágios.

Novamente não significa que o tesouro tem que pagar cento e oitenta e quatro milhões, até porque muito desses empenhos não venham a se realizar, mas já houve, de qualquer maneira, falando-se de empenhos, a redução de quatrocentos e vinte e dois milhões, para cento e oitenta e quatro milhões.

O SR. MARCOS ISFER

Em relação a 2.000, se nós pusemos os precatórios, nós tínhamos em torno de 3.200, terminamos 2001, com 3.300, um crescimento de 3,24.

O SR. INGO HÜBERT

Sim! Exatamente esse é programa de precatórios.

Todos os anos nós temos um aumento dos precatórios em função de novas sentenças judiciais. E de empenhos, nós estamos com um programa este ano, de pagamento de cerca de cento e vinte milhões de precatórios. É uma importância relativamente modesta em relação ao total de precatórios que o Estado tem que pagar, mas é algo que nós julgamos possível dentro do nosso fluxo de caixa, a fim de não comprometer a responsabilidade fiscal do Estado.

Diga-se de passagem que, em relação a esses precatórios, nós temos um montante muito grande, na verdade 2/3, desses três bilhões que aventa corretamente V. Exa, que estão sendo discutidos com a União, ou seja, não são ainda precatórios que aqui no Paraná podemos

considerar como líquidos e certos, ainda dependem de sentenças, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

A maneira que nós estamos fazendo o que podemos, aquilo que nós julgamos pertinente e principalmente aquilo que nós julgamos compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a arrecadação e com disponibilidade financeira do Tesouro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra pela ordem, o senhor deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Queremos, primeiramente, cumprimentá-lo.

Gostaria de dirigir uma pergunta com relação ao nosso Paraná, porque, com relação ao Brasil, hoje recebemos uma péssima informação que nos entristece, colocando o Brasil em segundo lugar no mundo, em índices de desemprego, só perdendo para a Índia. Há duas décadas passadas o Brasil já ocupava um lugar não muito bom, que era o nono lugar. E agora estamos em segundo lugar em índice de desemprego. Sabemos que isso significa que o Brasil não tem evoluído na questão das exportações e uma série de lições que deveria ter feito.

O Paraná - como tem sido as exportações. Sabemos que o Paraná tem a sua vocação agrícola, na pauta das exportações agrícolas e industriais, que lugar está ocupando, quais são os valores da exportação paranaense com relação a essa situação do Brasil e com isso a utilização do Porto de Paranaguá, se V. Exa. têm os índices, para que possamos ter uma melhor avaliação da evolução ou do retrocesso do nosso Estado.

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente!

É uma excelente pergunta, porque o Estado do Paraná está se alicerçando como um dos fortes exportadores brasileiros. Nós temos uma pauta hoje que já está chegando próximo aos cinco bilhões de dólares de comércio exterior, o que significa que nós somos, aproximadamente, pouco mais que 6, a quase 7%, da pauta de exportação brasileira, que como V. Exa. sabe, está em torno de sessenta bilhões de reais.

Considerando em termos de território, somos 2% do território brasileiro.

As nossas exportações estão se desenvolvendo num ritmo bastante intenso e uma grande notícia é que as nossas exportações estão também mudando seu perfil, pois o Paraná era um tradicional exportador de grãos e de produtos agrícolas não elaborados ou semi-elaborados e hoje, está passando a ser, já, um dos principais estados, exportador de componentes industriais, de produtos de alto valor agregado, também principalmente, em função da nossa indústria automobilística que não existia no Paraná até 1995; existe hoje, o Paraná é um dos grandes pólos automotivos; de indústria metal-mecânica; de indústria eletroeletrônica; de serviços correlatos, que não

existiam antes, serviços esses que dão emprego e por essa razão que a situação de desemprego no Paraná não é nem de longe tão grave como a apontada em outros estados por causa dessa mudança de perfil, essa grande virada que o Estado do Paraná deu nesses últimos anos.

A exportação, se V. Exa. hoje considerar o Porto de Paranaguá por exemplo, constatará que a nossa capacidade de movimentação de containeres, praticamente inexistentes no Estado do Paraná há uma década atrás. Então, houve, também nessa área, uma grande revolução.

Grande revolução, também, na área de logística: hoje, os trens, por exemplo, da ALL, estão baixando a sua fronteira de mil quilômetros para quatrocentos quilômetros ou seja, quando antes era negócio transportar por caminhão quando a distância era inferior a mil quilômetros, hoje, essa fronteira já está passando para os quatrocentos quilômetros.

Isso é uma utilização mais eficiente do nosso sistema ferroviário, do nosso sistema de GPS, por exemplo. Hoje, todos os nossos vagões têm chip de GPS, que é um dos sistemas mais modernos de que se tem notícia no mundo.

O que diz que nesse campo da logística, das redes de transporte, das exportações e conseqüentemente, também, na geração de empregos, o Paraná está ocupando uma posição de absoluto destaque no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Tony Garcia, pela ordem.

O SR. TONY GARCIA

Senhor secretário.

Gostaria de fazer um questionamento a respeito da tão propalada industrialização no Paraná que se diz, hoje, que a arrecadação aumentou, que o Estado mudou o seu perfil, tudo isso.

Gostaria de saber se houve, realmente, um aumento nessa cota parte do ICMS dos municípios ou se isso fica restrito somente nos municípios onde essas indústrias se instalaram?

Quero saber de que maneira essa industrialização beneficiou os outros municípios do Paraná e se isso aconteceu?

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Tony Garcia.

Quero lhe agradecer pela pergunta, porque ela lança luz exatamente sobre uma das principais questões que são discutidas no nosso meio, quer seja pela imprensa nas rodas de formadores de opinião, nas rodas políticas, nas próprias rodas de Governo.

Existe uma primeira e superficial impressão de que é importante que uma determinada indústria esteja numa determinada cidade. É claro que essa importância existe, não vamos negar isso, porque, afinal, os empregos são gerados ali.

Ocorre que indústrias, sabidamente, não são grandes geradoras de empregos nos dias modernos, em lugar nenhum do mundo. As indústrias vivem de automação; são via de regra capital intensivo. O que gera mesmo empregos, são os serviços, são as transportadoras, hotéis, restaurantes, shopping's centers, hipermercados e por aí vai.

Porém, dirigindo-me especificamente, à sua questão:

Nos últimos doze meses, veja V. Exa. a importância da questão. Nos últimos 12 meses foram transferidos para os municípios, dois bilhões, trezentos e noventa e seis milhões de reais, frutos daqueles 25% de arrecadação de tributos em nosso Estado e que constitucionalmente, cabem aos municípios.

Isso significa, em termos bem práticos, que municípios como Barracão, que fica no Extremo-Oeste do nosso Estado, ele se beneficia também de um imposto gerado, por exemplo, em Paranaguá, do outro lado do Estado, como em Diamante do Norte que fica diagonalmente, na extremidade oposta.

Então, todos os 399 municípios do Paraná, estão sendo beneficiados por esses dois bilhões e quatrocentos milhões.

Veja V. Exa. a importância também desse perfil econômico para municípios que jamais sonhariam com isso.

O SR. TONY GARCIA

Mas de 95 para cá, tem uma comparação se aumentou isso nos municípios, ou não? Se essa cota nos municípios, foi significativa a mudança, ou não?

O SR. INGO HÜBERT

Sem sombra de dúvida! É só fazer uma conta.

No ano de 1994, o Paraná arrecadava dois bilhões, números redondos, dois bilhões de reais; 25% desses dois bilhões de reais, são quinhentos milhões. Então, passava mais ou menos quinhentos milhões para os municípios naquela época em que a nossa economia era principalmente, agrícola. Enfim, tinha um perfil completamente diferente.

Veja V. Exa. a mudança. De quinhentos milhões, passamos para dois bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, ou seja, nós praticamente, quintuplicamos nesse período, a parcela transferida para os municípios.

E não pára aí, porque ainda temos que conciliar também as transferências que acontecem via Fundef, que é um bolo do Estado, mas todos os municípios têm a sua cota-parte, quer pelas escolas estaduais, quer pelas escolas municipais. Temos que considerar o salário-educação, que também tem um critério de rateio, que depende das indústrias.

V. Exa. sabe que o salário-educação vem da indústria, forma um grande bolo; quanto mais se traz indústrias, por exemplo para Curitiba, para Londrina, para Maringá, mais aumenta o bolo que vai beneficiar Pato

Branco, Barracão, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, São Jorge do Oeste, cidades que não necessariamente tem a indústria.

Essa sua pergunta se reveste realmente, de uma importância fundamental, porque lança luz sobre a importância do desenvolvimento do Estado como um todo e do benefício que os municípios individuais estão tendo, e principalmente, também como bem levantou V. Exa. a evolução que tivemos nos oito anos, ou seja: nós simplesmente assistimos a uma quintuplicação dos recursos estaduais e aqueles da disponibilidade do Estado transferidos aos municípios.

O SR. TONY GARCIA

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Orlando Pessuti, pela ordem.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, quero cumprimentar na pessoa do Dr. Ingo HÜBERT, a todas as Secretarias da Fazenda, que aqui se encontram prestando esclarecimentos.

Uma consideração pessoal inicialmente, ao deputado Tony Garcia, que vejo realmente demonstrar ser um bom aluno. Quando da Oposição desempenhava a contento o seu papel, e agora no Governo, também o faz com muita eficiência.

Espero que quando o deputado Pessuti retornar ao governo, possa o deputado Pessuti ter a mesma eficiência de exercer o papel de um deputado governista aqui na Assembléia.

O SR. TONY GARCIA

Gostaria de complementar o que disse o nobre deputado, que acho que não interessa a posição, se sou do governo ou contra o governo. Mas, esse questionamento que fiz, é um esclarecimento, porque quero saber o que a industrialização trouxe para o Paraná.

Se for uma coisa pertinente só à Situação, peço desculpas ao deputado, que não tem o entendimento da profundidade dessa pergunta. Quero saber para o Paraná, se beneficiaram ou não o Paraná essas mudanças do perfil econômico.

Acho que isso não é problema da Oposição ou Situação. É de interesse de todos os paranaenses. É aí que o senhor se engana.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas estou enaltecendo V. Exa. porque realmente demonstrou qualidades.

O SR. TONY GARCIA

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

E eu pego justamente nessa questão que o deputado Tony Garcia levantou com referência ao dinheiro do ICMS que vai aos municípios. Nós temos participado, junto com o deputado Miltinho Pupio em especial, de reuniões da Associação dos Municípios do vale do Ivaí, recentemente com o deputado Durval e outros da Musep (?). Já participei de reuniões da Concam junto com o deputado Tureck e o que nós mais ouvimos dos prefeitos municipais, é que o ICMS deles não tem crescido os 5%, os 10% ou 8% que o Estado alega estar crescendo a receita do Estado. O deputado Tony Garcia fez a indagação e o senhor respondeu que esse crescimento está acontecendo também para os municípios.

Então, eu gostaria, doutor Ingo, que nos enviasse, sei que pode estar na Internet ou coisa parecida, mas que nos enviasse, nesse período do governo Jaime Lerner, a evolução que teve, e não só na receita global do Estado, mas no repasse daquele fundo, daquela cota-parte dos municípios, porque a maioria dos municípios nos tem procurado dizendo: olha, o meu município não recebeu esse crescimento.

Uma outra questão que eu queria considerar, a segunda questão, é que o senhor não respondeu uma indagação do deputado Isfer com referência a gastos da Secretaria da Comunicação.

Por exemplo, o senhor disse que não é obrigação da Secretaria da Fazenda dizer se recurso foi aplicado ou não foi. No meu entendimento, a reunião de hoje é justamente para falar da gestão financeira do Estado frente à Lei de Responsabilidade Fiscal, frente evidentemente ao Orçamento que procura espelhar aquilo que a Responsabilidade Fiscal estabelece.

Então, se o deputado indagou se a Secretaria já consumiu toda a sua previsão orçamentária, eu entendo que isso faz parte da gestão financeira e caberia ser respondido pelo eminente secretário, doutor Ingo.

Uma questão que ficou duvidosa, doutor Ingo, foi quando da apresentação do quadro 8.01 - eu até pediria que ele pudesse voltar à tela -, porque, se entendi bem ou entendi mal, talvez eu tenha entendido mal, o senhor disse que a Inglaterra, França e outros países têm como capacidade ou como possibilidade de endividamento, 1% do produto interno bruto. Eu não sei se foi isso, posso ter entendido de forma incorreta! E depois afirmava que o Paraná estava dentro dos limites e citando 60 bilhões do nosso PIB. Então, nós tínhamos que não estava dentro daquele 1%.

Então, como já disse, posso ter entendido de forma equivocada e eu gostaria que o senhor pudesse, novamente, falar acerca dessa questão.

Uma outra dúvida e indagação que tenho e, talvez por não ter lido nos últimos tempos a Lei de Responsabilidade Fiscal por inteiro, quando aparece ali o quadro dos precatórios, no quadro 8.01, está ali: "Precatórios após 05.05.2000".

Porque não é registrado, não são anotados precatórios anteriores a essa data? Eles aparecem em um outro quadro como restos a pagar? Onde é que eles aparecem, se é que eles existem, se eles estão em fase, como disse Vossa Senhoria, também de julgamento ou coisa parecida?

Uma outra questão que eu gostaria de saber, diz respeito à Lei do Funcor - Fundo de Conservação de Rodovias. A Assembléia aprovou, no final do ano de 2000, um projeto de autoria do deputado Geraldo Cartário, instituindo o Funcor e que se anunciava sete milhões, seis milhões de reais de repasse por mês da Secretaria dos Transportes ao DER para a reconstrução de rodovias. Segundo informações da própria Secretaria, até o presente momento nenhum recurso foi transferido nessa rubrica, se assim posso chamar, nesse projeto do Funcor. Se foi efetivamente implementado esse projeto, senão foi o Funcor implementado.

Ainda falando sobre questão da Secretaria dos Transportes: foi anunciado no ano passado os recursos da Chrysler para a recuperação de rodovias no Estado do Paraná. A semana que passou o governador esteve no Vale do Ivaí e anunciou que aquela região utilizar-se-ia, estaria recebendo recursos oriundos daquele pagamento de ICMS feito pela Chrysler. Mas, corre à boca pequena pelos corredores da Assembléia, que esses recursos da Chrysler já teriam sido utilizados em outras finalidades dentro das despesas gerais do Estado; e também corre à boca pequena que o DER estaria devendo já para empreiteiras, um montante ao redor de 30 milhões de reais. O deputado Isfer diz que pode estar em quarenta. A Secretaria da Fazenda está devendo repasses ao DER ou é o DER que executou a mais e não está conseguindo pagar?

Seriam esses os questionamentos que eu tinha, neste momento.

O SR. INGO HENRIQUE HÜBERT

Perfeito.

Agradeço as perguntas do nobre deputado Pessuti, então pela ordem.

Acredito que tenha me expressado mal aqui quando disse que não era de responsabilidade da Secretaria a gestão financeira.

É claro que é, e, aliás, isso está no Regimento da Secretaria e é uma das nossas obrigações. O que não cabe à Secretaria é analisar os programas específicos de trabalho de cada uma das demais secretarias. Ou seja, se uma secretaria tem um programa de trabalho tal que aplique os recursos de sua dotação do ano nos primeiros três, quatro ou cinco meses, não cabe à Secretaria da Fazenda dizer que não pode fazer isso, a única coisa que a Secretaria da Fazenda poderia fazer é dizer: não tenho os recursos financeiros para tanto e, portanto, mude o seu programa de trabalho, porque eu não consigo atendê-lo. Agora, a Secretaria da Fazenda jamais poderá chegar a uma outra secretaria e dizer: olha, não concordo com o seu programa de, por exemplo, comunicação social ou de

educação, ou de assuntos estratégicos por essas e outras razões, quer dizer, isso seria uma grosseira intromissão na autonomia de outras secretarias.

De maneira que aquilo que está no Orçamento é que é a peça-chave, precisa ser cumprido. Como o Orçamento é cumprido, ou seja, como essas aplicações são feitas e que resultados elas atingem, cabe, evidentemente, à esfera de julgamento de cada um dos secretários. Foi isso que eu procurei dizer.

No tocante à questão dos limites de endividamento, eu acho que também devo ter falado muito rápido ou não me tornado claro. Na verdade, existem economias que como macroeconomia chegam a comprometer um PIB, um produto interno bruto, 100% do produto interno bruto e até mais, no seu endividamento. E claro, são economias muito pujantes, são economias que conseguem administrar isso. Claro que não é o caso do Paraná que é uma economia ainda insipiente, uma economia que ainda tem uma demanda sociopolítica, se pudermos falar assim, quer dizer, muitas estradas para construir, muita creche para construir. Então, seria irresponsável da nossa parte se deixássemos a nossa dívida chegar a, por exemplo, 70 milhões de reais.

Mas, estamos em 8,9, quer dizer, estamos em um limite ainda que nos parece prudente, até porque estamos conseguindo cumprir o serviço da dívida, tanto no que se refere à dívida com a União, como também a dívida com outros bancos e instituições, está rigorosamente em dia.

No que diz respeito à Lei 101 e os precatórios:

Houve uma definição da própria Lei de Responsabilidade Fiscal e também de duas resoluções que são complementares, que são a Resolução 40 e a Resolução 43 do Senado Federal que estabelecem uma série de critérios, a partir dos quais um precatório é considerado uma dívida líquida e certa. Quer dizer, o precatório não é considerado, dentro de um critério de contabilidade de finanças públicas, como uma dívida líquida e certa, a menos que ele se enquadre nesses vários critérios. Existem vários, tanto na lei, como também nessas resoluções. E a parcela daqueles cerca de 3 bilhões de precatórios, que nós temos como número registrado na nossa contabilidade é de cento e cinquenta milhões setecentos e quatro mil, aproximadamente, e que agora, por força da própria Lei, compõem a nossa dívida fundada, portanto, compõem aqueles 8,9 bilhões.

Aí se pergunta, mas o resto? Bem, o resto está em várias rubricas. Existe uma grande parte desse resto, dois terços aproximadamente, que está *sub judice* no momento, porque até governos passados entenderam e este também entende que, por exemplo, precatórios de obras do governo federal não cabem exatamente ao governo do Estado e existe aí uma certa indisposição até judicial neste sentido e a gente espera que o Estado do Paraná seja agraciado com uma sentença favorável, o que significa, se isto acontecer, esses três bilhões já baixam para cerca de um bilhão. É uma diferença bastante grande. Este um bilhão está nas mais diferentes circuns-

tâncias do enquadramento de precatórios. Nós temos aí, por exemplo, precatórios alimentares, não alimentares, oitavos constitucionais, décimos da emenda trinta, ou seja, nós temos aí as mais diferentes situações e estamos pagando esses precatórios na medida do que o nosso entendimento de responsabilidade fiscal nos diz. Então, estabelecemos já no ano passado, uma certa importância para o saldo de precatórios, estabelecemos uma outra este ano e estamos procurando pagar paulatinamente esses precatórios dentro desse critério.

É claro que precatórios, o número de precatórios é dinâmico, a cada dia paga-se precatórios, outras sentenças acontecem e esse quadro realmente muda.

Então, em linhas gerais é esta a situação dos precatórios do Estado.

Em termos de Funcor, existe hoje uma transferência total do Tesouro ao DER de cerca de trezentos milhões de reais, que envolvem os chamados resíduos passivos, ou seja, são empenhos que foram abertos no ano passado, que passaram o exercício e que em algum momento viraram contratos, viraram obras, viraram faturas e outros que foram abertos ao longo deste ano. Todos esses recursos estão saindo do Tesouro. É a maior importância jamais dispendida historicamente do Tesouro. Em outras épocas havia também grandes programas rodoviários, porém na sua maioria pelo BID ou pelo Bird, principalmente pelo BID, de maneira que hoje nós estamos já com uma transferência à Secretaria dos Transportes de mais de quatro vezes, o que seria estipulado pelo Funcor, de maneira que se trata aí apenas de um ajuste contábil e se cumpre aquele estabelecido na lei que criou o Funcor com até ultrapassagem do número com grande facilidade.

O programa da Chrysler: nós lembramos que no ano passado, quando ela fechou, devolveu aos cofres públicos a soma dos incentivos fiscais que foram calculados em cerca de 106 milhões de reais. Esses recursos foram passados, imediatamente aplicando-se a eles a lei, porque são, afinal de contas, receitas fiscais, então, 25% passaram para um município, 25% do restante passou para a Educação, 7% do restante passou para a Saúde e o restante passou imediatamente para o DER, ou seja, o DER recebeu uma dotação no ano passado para iniciar já o programa de rodovias, o que aconteceu por volta de outubro, mais ou menos. Existe hoje, podem existir alguns defasamentos de pagamentos do DER com os empreiteiros, por isso eu já tomei um pouco de cuidado na própria apresentação quando eu falei que as nossas contas estão relativamente em dia. Ocorre que no ano passado os empreiteiros ficavam às vezes meses sem receber. Hoje, quando nós temos um atraso, esse atraso é de três, quatro semanas. Eu não vou dizer que não existem. Existem alguns atrasos, principalmente por alguns descompassos de entrada financeira.

Por exemplo, nós imaginávamos sucesso no lançamento do programa de oferta pública de ações preferenciais da Sanepar, no mês de abril, isto não aconteceu; houve uma série de outros créditos que estavam progra-

mados para entrar nos cofres públicos e por uma série de razões isto não aconteceu.

Então, nas finanças públicas, às vezes acontecem períodos de pequenos descompassos, mas nada que não possa ser colocado em dia com relativa facilidade, porque a economia do Estado comporta isso, a arrecadação comporta isso e esses eventuais atrasos, que podem ser talvez de semanas, mas jamais como no passado, de meses ou até de anos, quem sabe sejam hoje algo que se possa considerar um problema, ou seja, estaremos seguramente saldando tudo o que estiver vencido nas próximas semanas.

Dívidas, programas rodoviários, sim, nós estamos hoje, apenas complementando a informação, o DER está trabalhando num programa de cerca de oito mil quilômetros de rodovias não pedagiadas, iniciou os primeiros dois mil quilômetros que estão em obras hoje, não se tratam aí de construção de rodovias novas, salvo uma ou outra, mas na sua essência são recapeamento, reconstrução, reconstituição, sinalização, enfim, consertos para deixar essas rodovias que estavam num estado de grande abandono, totalmente transitáveis, ou seja, ao final deste programa o Estado terá um anel de integração em condições bastante boas e também oito mil quilômetros de estradas não pedagiadas em condições de tráfego, seguras e também aceitáveis.

Eu acredito...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Na questão do crescimento da receita se os prefeitos estão reclamando com razão ou se não têm razão na reclamação?

O SR. INGO HÜBERT

Pois é, nós teríamos que checar essas informações porque a Constituição é muito clara. De todas as nossas arrecadações tributárias, 25% vão para os municípios. Então, se algum município alega que a receita tributária não cresceu nós teríamos que examinar o seu caso. De maneira geral eu tenho como verdade, tenho como informação de que cada dez reais que a gente arrecada, impreterivelmente, dois reais e meio não vão para os municípios, de acordo com a Constituição Federal, e isto aconteceu tanto em relação aos dois bilhões que se arrecadavam em 94, como acontece hoje em relação aos cinco bilhões e quatrocentos que nós estamos arrecadando neste ano. Então, terei satisfação em examinar casos especiais, se isto acontecer, a bem do esclarecimento.

O SR. MILTINHO PUPIO

Eu queria só esclarecer ao meu colega Pessuti, que é do Vale do Ivaí, fazendo parte da Amuvi, a questão do ICMS. Ontem, no meu gabinete, estava o prefeito Marmorino, e comentando a questão do ICMS, ele nos colocou que Lunardelli aumentou 100% o ICMS e temos outras informações. A questão das estradas nós estivemos na cidade de São João do Ivaí, onde inauguramos um

asfalto; Tucuman construiu aquela rodovia, inaugurando e que elas já foram pagas.

Da mesma forma na cidade de São Pedro do Ivaí onde também uma rodovia que também já está concluída, fomos inaugurá-la. Também a Tucuman recebeu. Nos outros secretariados realmente o governo do Estado atrasou algum tempo. Mas este secretário, está cumprindo à risca a questão das empreiteiras e o senhor conhece bem também a questão de Ariranha do Ivaí, do qual está a empreiteira tocando a obra. Teve a primeira medição a qual já recebeu também o empreiteiro no dia 25. Agora recebeu a primeira medição. Então, está cumprindo com os compromissos.

Algumas coisinhas ficam para trás, mas, no mais, 90% está cumprindo, graças a esse novo secretário.

O SR. INGO HÜBERT

Muito obrigado, deputado Miltinho Pupio. Apenas complementando a pergunta do nobre deputado Orlando Pessuti, o deputado Durval Amaral estava casualmente aqui com uma relação muito interessante que mostra efetivamente o crescimento da arrecadação, município por município. Aqui nós temos os 399 municípios do Estado. Então, vou citar apenas alguns aqui - município de Lunardelli que foi justamente o caso, teve um crescimento de 161 mil para 922 mil. Portanto, um crescimento de 513% no período. Isto de 94 a 2001!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Veja para mim. Faxinal e Arapuã.

O SR. INGO HÜBERT

Antes disso, Jardim Alegre teve um crescimento de 282%. Faxinal teve um crescimento de 134,6%. O município de Lupionópolis teve um crescimento no período de mil e 27,95% de 94 a 2001. Arapuã é um município novo - não tinha ainda -, está com 473 mil de arrecadação, neste momento. Temos municípios com 500%, 300%, 1000%. Fazenda Rio Grande, 522% de crescimento da arrecadação. São José dos Pinhais, que tem a indústria - teve um crescimento de 510%.

Pelo menos no que vemos aqui, na totalidade, os municípios tiveram crescimento bastante expressivos na arrecadação. Aliás, nem poderia ser diferente.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito depois ao líder Durval, se pudesse me disponibilizar uma cópia, para que eu tenha em meu gabinete, para que quando essas reclamações acontecerem, a gente já tenha a resposta.

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Próximo inscrito, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, quero saudar o secretário da Fazenda Ingo Hübert e ao saudá-lo, quero saudar todos os técnicos da Secretaria da Fazenda, por sinal, técnicos considerados dos mais qualificados, talvez, do Brasil, que infelizmente não têm a sua remuneração proporcional à sua qualificação.

Quando vejo os números, senhor secretário, que V. Exa. apresenta do aumento do ICMS, faz com que nós nos questionemos. Por exemplo, vendo aumentos do ICMS de 500%, de 100%, vemos em contrapartida o funcionalismo público sem reajuste salarial há sete anos. O senhor demonstra exatamente que o Estado do Paraná está no limite constitucional dos 49%. Eu não consegui essa matemática. Se o ICMS cresce 1000, o funcionalismo não recebe aumento - estamos exatamente no limite constitucional.

Esse é um questionamento que faço a V. Exa. senhor secretário, aproveito a oportunidade para fazer outro questionamento, talvez V. Exa. não possa me responder no momento, porque não faz parte do motivo da sua presença nesta Casa; mas, talvez possa me responder por ofício, para a Comissão de Orçamento, a qual eu presido. Muito se discute qual é o percentual de ações que a Copel possuía em 94, no início do governo Jaime Lerner e o percentual que a Copel detém, hoje, dessas ações. Por exemplo, o governo do Estado detinha 84% das ações e, hoje, detém apenas 31%. Ou seja 54%, V. Exa. já passou o número, do dado dessas ações que foram vendidas ou caucionadas, que eram preferenciais. Qual o montante que foi apurado com a venda ou com a quitação de dívidas junto a instituições oficiais, que essas ações foram dadas como garantias(?)? Qual foi o montante em reais que foi alavancado ao longo desses anos, de 95 para cá? Essa seria uma das perguntas que talvez o senhor não possa me responder, mas possa responder à Comissão de Orçamento.

Outro questionamento, senhor secretário, que acho que V. Exa. citou muitas vezes na Internet, logicamente mostrando com isso transparência, eu acho que a sociedade paranaense tem questionado muito a questão do protocolo que foi feito entre o governo do Estado e a Renault.

Eu lembro bem que alguns anos atrás houve um questionamento dizendo que o governo do Estado teria colocado, na época, 300 milhões de reais, isso em 95, e recebendo ações da Renault, eu não sei exatamente como foi esse protocolo, até porque esse protocolo não aparece na Internet, e também não foi divulgado para a imprensa e também para a Assembléia Legislativa: nós não tivemos conhecimento disso.

Então, gostaria de saber se esse número é verdadeiro, se foram 300 milhões que o governo do Estado aportou no protocolo junto com a Renault e também o montante que foi levantado com a venda das ações da Copel e se realmente esse número bate, se foram 54% das ações que foram vendidas ao longo desses últimos anos?

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente, deputado Cezar Silvestri, esses números a que V. Exa. se refere dos volumes das ações que foram vendidas e também dos créditos dessas vendas não é? São números públicos, ou seja, eles foram divulgados por ocasião dos leilões pela imprensa e não é nenhuma dificuldade, eu posso fazer isso, eu posso pedir aos nossos funcionários que o façam, que seria um resgate desses vários momentos em que houveram esses leilões, e também os valores auferidos pelo Estado do Paraná. Isso então poderá dar uma idéia do que o Estado do Paraná levantou ao longo de todo esse período com esses leilões. Evidentemente, a composição do orçamento dos diferentes anos, e como é que foram aplicadas essas importâncias, é extremamente difícil hoje levantar, até porque foi uma época em que uma boa parte das pessoas que estavam enfim gestionando, não estão mais lá. Agora, o que entrou para o Estado, isto seguramente pode ser levantado, até porque, como eu disse, foram números públicos, foram números de leilões, foram números publicados pela imprensa e é uma questão de resgate histórico, o que não deve ser muito difícil.

Em termos de BNDES, hoje o BNDES possui aproximadamente 26% das ações da Copel. É um sócio que se faz presente nas reuniões, aliás tem contribuído muito, com idéias muito boas, porque ele age em todo o escopo da economia nacional. Assim apresenta idéias boas e tem somado bastante bem, eu posso testemunhar isso na administração da nossa empresa, se faz presente nas reuniões do Conselho, tem lá duas cadeiras, pelo acordo de acionistas que foi celebrado, e do ponto de vista da gestão da Copel, eu posso testemunhar que esta participação do BNDES tem se mostrado bastante benéfica.

No que tange ao protocolo da Renault, eu realmente não vim preparado hoje aqui para falar sobre ele, até porque é uma questão bastante extensa. Por que é que este protocolo não está na Internet? Por uma questão muito óbvia! Nenhum Estado do Brasil seria ingênuo a ponto de colocar o rol dos seus incentivos na Internet. Ele imediatamente destruiria sua capacidade competitiva, sua capacidade de atração de indústrias.

O principal a considerar é que os incentivos que o Estado do Paraná concedeu às indústrias, em primeiro lugar trouxeram um enorme resultado para o Estado, as indústrias estão aí, são 600 indústrias, são 18 bilhões de dólares de investimento em nosso Estado, que eu lhe asseguro, não teriam acontecido, não houvera esse incentivos.

Em segundo lugar, a grande maioria dos Estados possui programas de incentivos muito parecidos com esses que o Estado do Paraná utilizou, e nenhum desses Estados, eu lhe asseguro, divulga uma vírgula deles, porque é claro eu já disse, imediatamente perderia a competitividade com isso, seria contra-producente para o próprio Estado, e por último resultado líquido de tudo isso, seja nove vezes fora, última linha do balanço, o que

é que sobrou para o Paraná além da indústria, além da mudança do perfil, além do crescimento social, além dos empregos, além dos benefícios, além da tecnologia, sobraram 900 milhões líquidos, 900 milhões que seguramente não beneficiarão este governo. São 900 milhões de poupança, de responsabilidade para os futuros governos e não é nem para os futuros governos, é para o Paraná, porque seguramente esses recursos, e oxalá tenhamos governos responsáveis, oxalá tenhamos governos com bons administradores para que o dinheiro seja empregado na continuidade desse grande programa que está em ação, na continuidade do progresso do Paraná, tanto em termos sociais como em termos econômicos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor secretário, eu quando falava dos trezentos milhões, lembro que esse número foi muito divulgado na ocasião e se esse número for verdadeiro, eu estava me reportando para o ano de 85 e que, se não me falha a memória, foi o ano que foi implantado o Plano Real. Naquela ocasião, 1 dólar valia 0,87 de real, ou seja, o real estava mais valorizado do que o dólar.

Trezentos milhões de reais naquela época, equivaleriam hoje a praticamente, oitocentos milhões de reais. Então, praticamente a poupança que estamos fazendo que o governo está anunciando tanto, além da postergação do pagamento do ICMS, a poupança seria exatamente o dinheiro que o governo aportou para a vinda da Renault e nós só vamos receber dez anos depois.

Esse número seria importante para que todos nós, a sociedade paranaense tivesse conhecimento, até para poder questionar essa propaganda oficial do governo, se realmente foi tanta vantagem quanto se alega. Agora, querer tirar o mérito da industrialização eu sempre tenho dito aqui, é burrice. É o ponto forte do governo a questão da industrialização, geração de empregos, mas essa propaganda oficial de que os futuros governos levarão uma grande vantagem porque o Paraná fez um alto negócio, se torna extremamente questionável, no momento em que ele tenha colocado trezentos milhões de dólares naquela ocasião, e que daria mais de oitocentos milhões de reais hoje.

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Cezar Silvestri, eu apenas gostaria de esclarecer que o dinheiro que o governo possa ter colocado na Renault e em outras empresas, é um dinheiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico. É um dinheiro que não foi doado para essas empresas, ou seja, ele também, por sua vez, retornará dentro dos preceitos e dentro das regras do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Não podemos misturar esses dois dinheiros. Além disto nós ainda vamos ter esses 900 milhões de poupança e note que se a Renault não tivesse vindo para o Paraná, não haveria nenhum centavo a mais de ICMS, ou seja, desses novecentos milhões nós não teríamos absolutamente nada.

Em outras palavras, o governo do Estado não renunciou a nada. Apenas criou a oportunidade para que impostos novos pudessem surgir e esses impostos novos não estão beneficiando o atual governo, mas seguramente beneficiarão os novos governos e os empréstimos que foram concedidos além disto, como vantagem, e foram mesmo, o Fundo de Desenvolvimento Econômico afinal, foi criado para isso. Esse dinheiro voltará ao Fundo de Desenvolvimento Econômico dentro das próprias regras de empréstimo do Fundo, ou seja, o Paraná, seguramente nesta conta toda, não está perdendo, está ganhando, até financeiramente, até fiscalmente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito a minha inscrição.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhor secretário Ingo HÜBERT, estou analisando aqui o Quadro que V. Exa. encaminha à Assembléia e presta contas e vejo um resultado primário nesse primeiro quadrimestre, surpreendente sob todos os aspectos. Um projetado de 386 milhões, um realizado de 744 milhões, um crescimento fantástico.

Pergunto: a que se deve esse resultado primário, que, pessoalmente, me traz muita surpresa? Qual a explicação técnica que o senhor poderia nos trazer?

O SR. INGO HÜBERT

Deputado Durval Amaral, agradeço pela pergunta.

Na realidade são dois aspectos principais: um que tem um grande relacionamento com o Estado atual da economia e com a sua pujança. E o outro abraçou a Lei de Responsabilidade Fiscal e a considera, realmente, como um dos grandes instrumentos que vieram moralizar, melhorar, instrumentar, criar novas ferramentas para uma administração pública responsável. Até diria que outros governos em outras épocas, tendo feito o que fizeram em boa parte dos estados do Brasil e em muitos municípios, se estivessem fazendo a mesma coisa hoje sob a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, teriam sérios problemas - inclusive de natureza criminal.

Um dos aspectos foi justamente a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal ao Estado do Paraná e o forte comprometimento com a redução de custos, no que se referiu a todas as secretarias, houve uma grande colaboração.

E gostaria de salientar, aqui, o papel responsável dos secretários que ajudaram o Governo a reduzir as suas despesas. E não apenas reduzir as despesas mas fazer sobrar recursos para um grande programa de investimento.

Um programa, que como bem sabe V. Exa. hoje, beneficia os 399 municípios do nosso Estado.

Independente de coloração partidária.

Sabemos que hoje todos os municípios do Paraná estão com programas de obras, programas estes que estão sendo financiados por recursos do Tesouro, além de um dos maiores programas de recuperação da nossa malha rodoviária - não pedagiada, de que se tem notícia nos últimos tempos. Esta sobra de recursos vem, em grande parte, da aplicação dessa Lei de Responsabilidade Fiscal e da colaboração de todos os órgãos do Governo.

Mas, acima de tudo, deputado Durval, temos aqui o resultado de um trabalho em que gostaria de destacar, também, a grande participação, o grande mérito desta Casa, o grande mérito de todos os setores dos segmentos políticos que têm entendido, que têm sabido compreender e que têm sabido apoiar esse processo, que foi a mudança do perfil econômico do Estado, que foi a industrialização, que foi além da industrialização a atração de estabelecimentos comerciais, que, como sabe V. Exa., não têm diferimento de ICMS.

Quando vem uma indústria, ela tem 48 meses, quando vem um shopping center, um supermercado, um restaurante, um hotel, uma seguradora, uma transportadora, essas empresas recolhem o ICMS do mês seguinte da sua chegada aqui e essas empresas vêm para o Paraná por causa das indústrias. As indústrias, portanto, são a grande locomotiva. As outras empresas, vêm atrás.

E gostaria, até por uma questão de débito, tributar uma homenagem a todos os políticos, a todos os deputados, a todos os prefeitos, vereadores que souberam entender esse processo, souberam apoiá-lo na hora certa, souberam apoiá-lo em horas difíceis, souberam participar de cabeça erguida de verdadeiras batalhas que aconteceram aqui, neste recinto, e que agregaram pedra por pedra nesse mosaico que estamos construindo no Estado do Paraná, que é um Estado socialmente mais justo, um Estado mais pujante, um Estado economicamente mais ativo.

Então, vai aqui - do fundo do coração, meu tributo de agradecimento, minha homenagem, meu reconhecimento a todos desta Casa que nos ajudaram e que têm uma grande participação, nessa mudança. Então, o resultado visível, mas apenas a ponta do iceberg, deputado Durval, é este número que V. Exa. aponta aqui, muito apropriadamente, cresceu 192% em relação às nossas expectativas. Esperávamos 386 milhões, ele chegou a 744 milhões, o que mostra que o Estado do Paraná está muito longe de ser um Estado com dificuldades de administrar o seu orçamento. Tem, é claro, que tomar os cuidados, como no caso de despesas com pessoal. Estamos muito próximos do nosso limite máximo, mas estamos com as nossas finanças em dia. Para que se chegue a condições mais confortáveis, por exemplo, a ponto de se beneficiar os funcionários públicos, o que também é uma preocupação do Governo, há que se fazer duas coisas: em primeiro lugar, tornar a máquina do governo mais eficiente, e

aumentar, ainda mais, a arrecadação; e estas duas coisas, asseguro-lhe, estão sendo feitas.

O SR. NEIVO BERALDIN

Quero cumprimentar o senhor secretário, dar-lhe as boas vindas e dizer que no ano passado nós tínhamos mais informações do orçamento. O governo tornava público a aplicação, a previsão orçamentária em cada quadrimestre. Tivemos acesso no bimestre apenas, não é?

E eu gostaria de perguntar a V. Exa: englobando o orçamento anual e comparando o investimento no quadrimestre em questão, como se comportou a receita, despesa, investimento? Se a receita satisfaz o governo, dentro da previsão ou se a receita não atingiu as metas previstas?

Eu pergunto isso porque V. Exa. disse que estava esperando o dinheiro da venda das ações preferenciais da Sanepar e que o dinheiro não ingressou.

Gostaria também de fazer uma constatação: as ações preferenciais são aquelas que dão direito prioritário, ou o primeiro direito de dividendos, de lucros de uma empresa. Então, se é o objetivo do Governo vender as ações preferenciais da Sanepar e da Copel e em vendendo as ações preferenciais não estamos dando àqueles que compram uma lucratividade muito grande, visto que temos uma economia muito instável e que as ações preferenciais são as que deveríamos ter com prioridade, porque são exatamente elas que vão gerar o lucro, onde podemos investir mais, tanto na evolução da Copel quanto da Sanepar?

Esta é basicamente a pergunta que eu queria fazer a V. Exa.

O SR. INGO HÜBERT

Perfeito. Muito obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que todas as nossas informações, inclusive com detalhes, muito mais detalhes do que esses que eu apresentei aqui hoje, por uma questão de exigüidade de tempo, estão disponíveis no site da Secretaria da Fazenda.

Então, a qualquer momento, o senhor pode acessá-los.

O SR. NEIVO BERALDIN

Desculpe, secretário, mas desde anteontem estão disponíveis; antes não estavam.

O SR. INGO HÜBERT

As informações sobre aplicações estão disponíveis, eu inclusive tenho consultado desde outubro do ano passado, pelo menos. Os sites são, se V. Exa. quiser anotar, talvez o senhor até tenha: www.br.gov.pr/sefa.

Com relação à questão do comportamento da nossa receita, como tive oportunidade de mostrar aqui nas apresentações em termos de orçamento, estamos nos comportando bastante bem, a nossa arrecadação está inclusive

superando a previsão orçamentária, a arrecadação do ICMS, que eu digo.

Tivemos alguns reveses de transferências de recursos da União, que diminuíram por uma série de razões, principalmente nas áreas de Imposto de Renda de Pessoa Física. A tendência, com crescimento da economia do Brasil, é que isso venha a se recompor ao longo do ano. O que dizia do ingresso da Sanepar, é muito mais que falar no sentido de determinados descompassos, não que isso nos preocupe.

Disse aqui que nós estávamos com as contas relativamente em dia. O que significa isso? Significa que a totalidade dos pequenos credores está paga em dia. Nós temos um ou outro empreiteiro que pode estar ligeiramente atrasado com seus pagamentos, mas é talvez questão de algumas semanas. Nada comparável com outros períodos que falávamos de meses e de anos. Não vejo nenhum problema em colocar esses empreiteiros em dia. Nas próximas semanas, estaremos com esse problema resolvido.

De modo geral, o pagamento dos credores está acontecendo de maneira bastante regular, estamos com a atuação bem equilibrada.

Quanto à venda das ações da Sanepar, gostaria de esclarecer que em momento nenhum se trata de uma venda de ações. O governo não vai vender ações da Sanepar. Trata-se de uma emissão primária de novas ações preferenciais na Sanepar, ou seja, a Sanepar tem um potencial de emissão muito grande. Pela regra anterior ela poderia ter 2/3 em ações preferenciais e 1/3 em ações ordinárias. Ela tem hoje, mais ou menos 60% de ações ordinárias e 40% de ações preferenciais.

Então a gente vê que tem um potencial imenso de fazer dinheiro em cima do potencial de ações preferenciais.

Isso não muda absolutamente o controle acionário. Isso não muda o poder de voto dos acionistas que votam, já que as ações preferenciais, como sabe V. Exa. não têm direito a voto. É a única questão, é claro, essas ações passam a receber dividendos. Mas, por outro lado, a lucratividade da Sanepar também aumenta. Então ganham todos, ganham aqueles que estão entrando agora no barco, por assim dizer, e ganham todos os outros que já estavam no barco antes, porque a empresa tem mais recursos financeiros para obras. Isso, sem pensar nos ganhos sociais. Mais obras de saneamento, mais saúde, mais água, mais esgoto, mais tratamento de esgoto e assim por diante.

Ou seja, todos rigorosamente ganham nesse processo. O Estado do Paraná e o Tesouro do Paraná também ganham.

Creio que eram essas as indagações, caso não tenha esquecido alguma.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo a palavra ao deputado José Maria, pela ordem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Primeiramente, quero cumprimentá-lo e aos seus assessores da Secretaria da Fazenda.

Inicialmente, retomaria a pergunta do deputado Cezar Silvestri, que acho oportuna. Não sei se o deputado Cezar Silvestri ficou satisfeito com a resposta; eu pelo menos não entendi, não complementou. Com relação ao crescimento apregoado, realmente existe um crescimento da Receita, de 94 e de 95 para cá, e este é um momento substancial, mas nós estamos com a nossa condição do funcionalismo há quase sete anos sem reajuste. Isso tem duas razões: ou houve uma correção em algumas faixas e não houve o reajuste; ou houve inchamento do Estado, da máquina estatal. Como sabemos que faltam policiais, tanto militares quanto civis; tem dificuldades hoje na Polícia Rodoviária. Falta a questão da saúde. Boa parte dos professores foram municipalizados.

Quero saber aonde que foi. É uma pergunta que complemento a questão do deputado Cezar Silvestri. Por que essa correlação não diminuiu, se não houve aumento diante desse quadro todo?

A segunda pergunta remonta um pouco o que colocou o deputado Neivo Beraldin.

Ora, temos uma questão de informação e até sugiro a V. Exa. que determine, faça estudos junto à Secretaria e que na próxima apresentação nós tenhamos condições de identificar nas receitas tributárias a receita de ICMS e as demais receitas que compõem a rubrica. Por quê?

Porque dessa forma teremos condições de visualizar melhor a receita tributária de ICMS que é a grande receita e por onde tem que ser analisado o desenvolvimento e as ações do governo na área de incentivo. Essa é uma sugestão.

No quadro 6.1, que trata das despesas próprias com saúde, só gostaria de V. Exa. um esclarecimento: na receita líquida de impostos, apresenta um bilhão, setecentos e setenta mil. Como a lei determina o limite condicional de 9% de aplicação, o Estado teria que ter aplicado, segundo seus próprios dados, cento e cinquenta e nove milhões e a aplicação do trimestre deu cinquenta e três milhões, cento e cinco.

V. Exa. informa, através do quadro, que as despesas próprias com Saúde sobre a Receita Corrente Líquida foi de 3%.

Esses dados correspondem à aplicação no trimestre ou V. Exa. entende que nos próximos meses preencherá a exigência da lei?

Uma terceira questão: no quadro 7.05, a Secretaria da Fazenda informa que foram feitas concessões e concedidas garantias no valor de um bilhão, cento e setenta e dois milhões e oitocentos e oitenta e seis mil reais, no primeiro quadrimestre.

Gostaria, se V. Exa. puder informar a esta Casa, quais são essas concessões e quais são essas garantias, porque esta Casa não votou, pelo menos que eu saiba, nesse período, essas garantias. Se V. Exa. pudesse nos esclarecer, até porque há uma preocupação grande com a

dívida do Estado do Paraná e também há uma questão de números: V. Exa. traz um número, o Banco Central traz outro número e não só de oito, mas, em dezembro, de dez bilhões e trezentos e sessenta milhões.

São esses os esclarecimentos que desejaria obter de V. Exa.

O SR. INGO HÜBERT

Perfeitamente, deputado José Maria.

Em primeiro lugar, na indagação que faz V. Exa. sobre as despesas com pessoal e arrecadação: bem sabe V. Exa. que a primeira questão que rege essa área é a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, o limite prudencial e também o limite máximo que o Estado, o Executivo, principalmente, pode dispendar aos seus funcionários.

Se olharmos a evolução da folha de pagamento, em que pese, como diz bem V. Exa., não houve nenhum reajuste formal que beneficiasse a totalidade dos funcionários de uma vez só, houve vários incrementos que aconteceram e acontecem por força da própria legislação.

Sabemos que temos crescimentos vegetativos, anuênios, biênios, crescimentos diagonais dentro de carreiras.

Se V. Exa. olhar a folha de pagamento do Estado de 1995 e a de hoje, facilmente constatará que, na média, os funcionários públicos tiveram, sim, incrementos significativos nos seus vencimentos, tanto é que a folha como um todo teve, realmente, um crescimento.

Acontece que antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado gastava bem mais do que esse limite.

O Estado estava, por exemplo, no máximo de 65%, isso se somando os Poderes Legislativo, Judiciários, Ministério Público e Executivo, contra 60% que a lei estipulava. Quando se fez o ajuste fiscal no Estado do Paraná, tomou-se por meta trazer esses valores para dentro da lei e é isso que se fez. Ou seja, gradualmente, não se completou o Quadro, não se abriram concursos em vagas abertas, por exemplo, no caso de aposentadoria de funcionários pagos pela Parapreviência. Essas vagas foram fechadas, a máquina foi enxugada até certo nível e isso fez com que daqueles 63% que nós estávamos, os três Poderes juntos, mais o Ministério Público, hoje estamos chegando algo como 50% mais ou menos.

O Executivo, ao qual cabe a parcela de 49%, também há quatro anos atrás estava bem acima desses 49% e hoje já se encaixa na faixa de 48,06%. Não o valor que gostaríamos; gostaríamos de estarmos muito mais próximos do limite prudencial que é da ordem de 46,5%. Essa é inclusive a nossa meta.

E na medida em que o governo continua enxugando o seu Quadro, em outras palavras: na medida em que pessoas saem, na medida em que pessoas se aposentam, não preencher essas vagas, não abrir novos concursos públicos, esse índice seguramente, chegará em 2 ou 3 anos, aonde se deseja. Em nenhum momento, os funcionários deixam de ter acesso às suas vantagens. Em nenhum momento, como V. Exa. facilmente constatará

acontecer no Paraná uma situação como em outros Estados, que hoje já estão devendo folha de pagamento.

V. Exa. pode olhar, e constatará que há uma série de Estados que não conseguem pagar as suas folhas de pagamento.

O Paraná, ao contrário, jamais atrasou uma folha, um 13º, e nem pretende fazer isso e a folha continua crescendo, vegetativamente, é verdade, mas continua crescendo.

A administração é levada de tal forma que o nosso índice do ajuste fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, em nenhum momento seja ultrapassada.

Então, é essa a administração que se está levando.

Em relação ao Quadro da Saúde, V. Exa. acertou quando respondeu à própria indagação. É claro que o limite, como está aqui na transparência, é de 9%. É claro que os desembolsos ao longo do ano não são absolutamente lineares; há meses em que se gasta menos, há meses em que se gasta mais.

No começo do ano, como V. Exa. sabe, há férias coletivas. Então, durante um bom tempo não há gastos; depois até o carnaval acontece pouca coisa, o ano tem um desenvolvimento não linear e estamos relativamente bem na questão, porque havíamos projetado para esse primeiro quadrimestre não 9%, porém 3%. E conseguimos já chegar ao dobro, ou seja, já chegamos a algo acima de 6%, o que significa que daqui até o final do ano vamos chegar aos 9%. E, aliás, não poderia ser diferente, que a lei nos impõe.

Com relação à concessão de garantias, elas se referem à dívida como um todo, ou seja: temos aí várias situações, temos dívidas que vencem, que são renovadas, garantias adicionais em relação à mesma dívida. Negociação de garantias por causa da mudança do perfil de uma dívida, quando, por exemplo, um financiador passa para outro financiador, então evidentemente, que essa concessão de dívidas jamais significou que aumentamos o endividamento em uma cifra correspondente, apenas que no quadrimestre nós tínhamos o direito legal de comprometer até 22% no ajuste de todas essas garantias e que se referem ao total da nossa dívida fundada e não ao incremento de dívidas e, no entanto, usamos apenas 18,33% deste volume. Em outras palavras, estamos rigorosamente dentro daquilo que a lei prevê. Estamos, inclusive, adotando, em relação a essas garantias, como também em relação às dívidas, um procedimento de máxima prudência, ou seja, não estamos deixando esses valores, nem a dívida fundada, nem as garantias aumentarem para além daquilo que pressupõe a lei.

Acredito que eram essas as perguntas!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço a sua resposta, mas ainda fico com uma dúvida, senhor secretário, com relação às garantias, a que se deveram. Não sei se V. Exa. tem condições de dar essa informação neste momento, mas se não tiver, eu gostaria de recebê-la em uma data oportuna dizendo às empresas,

e como foram roladas as dívidas, se é questão de rolagem de dívida.

O SR. INGO HÜBERT

Muito bem! Vamos levantar. Vamos tentar detalhar o assunto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Dessa forma, o secretário da Fazenda, doutor Ingo Hübert, tem cumprido com o que prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal e nós agradecemos a presença do secretário, agradecemos a presença dos seus assessores e dos senhores parlamentares que estiveram presentes nesta audiência pública aqui formalizada.

Deixamos o microfone para as suas considerações finais, se assim desejar o secretário.

O SR. INGO HÜBERT

Senhor presidente, nobres deputados, prezados senhores e senhoras aqui presentes.

Eu gostaria de, uma vez mais, em nome da Secretaria da Fazenda, agradecer pela atenção que nos foi dispensada por esta Casa hoje, para que pudéssemos dar cumprimento ao que exige a Lei nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal em mais uma audiência pública.

A cada quadrimestre, como prevê a mesma lei, estaremos aqui no sentido sempre de propiciar mais transparência, no sentido sempre de propiciar mais contato com o Legislativo, com os formadores de opinião, no sentido sempre, também, de expressar à população do Paraná informações sobre as importantes contribuições financeiras que estão realizando ao Estado e, principalmente, acima de tudo, o que é que o Estado, o governo, o Legislativo e o Judiciário estão devolvendo a este mesmo contribuinte, a esta mesma população em termos de crescimento, em termos de benefício, em termos de progresso, em termos de evolução social.

Então, o meu muito obrigado e até uma próxima oportunidade!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças, pois esses horários já foram ocupados pelo secretário da Fazenda.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para comunicar à Casa que hoje pela manhã este parlamentar, mais o deputado Neivo Beraldin e o deputado Edson Strapasson, dentro daquilo que estabeleceu-se em plenário, da criação de uma comissão especial para tratar do problema da Renault e dos caminhoneiros, em função de protestos e das reclamações da empresa J. Gabardo, nós estivemos hoje pela manhã na Renault, onde tivemos um primeiro

diálogo e já informando aos senhores parlamentares que fazem parte da Comissão, que nós deveremos ter uma reunião para a próxima quarta-feira, convocando para que venham a esta Casa os diretores da Cat-Log, que lamentavelmente hoje não estavam na Renault, muito embora, sabendo que nós parlamentares lá estaríamos hoje, não se fizeram presentes.

Desta forma, nós estaremos convocando-os para que venham a esta Casa na próxima quarta-feira para prestar esclarecimentos em relação à questão da acusação do monopólio do transporte de veículos da empresa Renault.

Por outro lado, senhor presidente, também comunicar a esta Casa que nós, durante a Sessão da Comissão de Constituição e Justiça que realizou-se hoje à tarde, deliberamos e cobramos do presidente da Casa providências urgentes no sentido que possamos ter uma definição das investigações da morte do deputado Tiago Amorim Novaes.

Desta forma, nós também conversamos hoje com o presidente e na segunda-feira deveremos ter o início do processo de aprovação da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai tratar da morte do deputado Tiago Amorim e das mortes verificadas na região de Almirante Tamandaré.

Era só, senhor presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Também prestando contas de trabalho, na mesma linha do deputado Algaci Tulio, na manhã de hoje nós, o deputado Silvestri, o deputado Eli Ghellere, estivemos em reunião nas dependências da FAEP, com produtores de leite e industriais do setor leiteiro, buscando estabelecer um preço mínimo, um preço antecipado para o leite e também faço, na condição de presidente da CPI dos Alimentos, o comunicado de que neste momento estão ausentes deste Plenário os deputados Traiano, Litro, Zucchini, Luciana e Ademir Bier, porque estão também representando a CPI dos Alimentos numa audiência pública com suinocultores em Francisco Beltrão.

Era o que tínhamos a registrar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente.

Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da deputada Serafina Carrilho, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do deputado Orlando Pessuti, com apoio dos deputados Marcos Isfer, Hermes Fonseca e Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os itens 11, 10 e 07, Projetos de Lei nºs 340/2002, 260/2002 e 222/2002, de autoria do Poder Executivo e do Ministério Público da presente Sessão Ordinária, que concedem gratificação aos Quadros de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação e do Ministério Público. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu da mesma forma que fiz quando o deputado Neivo quis usar o Grande Expediente, que ainda poderia ser utilizado, uma vez que o senhor secretário só usou o Pequeno Expediente e Horário das Lideranças, eu gostaria de pedir ao deputado Neivo que em respeito aos nossos amigos italianos, da Sessão Italiana que dentro em pouco deverá iniciar-se, os compatriotas do nosso amigo e companheiro, deputado Algaci Tulio, Pessuti, Strapasson, Ghellere, enfim, do Silvestri, Berardin, enfim, todos os deputados desta Casa pudessem dispensar de encaminhamento, deputado Neivo Berardin, para que pudessem votar essa concessão de gratificação aos professores.

O SR. NEIVO BERARDIN

Atendendo o apelo do ilustre deputado Marcos Isfer e em respeito à nossa colônia italiana, abro mão de encaminhar a votação, a fim de que possamos ter uma Sessão mais ágil e mais objetiva.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa agradece.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 222/2002, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 391/2002, que concede a gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF.

PROJETO DE LEI Nº 222/2002
 REDAÇÃO FINAL
 A Assembléia Legislativa do
 Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ao servidor público efetivo integrante do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná poderá ser concedida, por ato do Procurador-Geral de Justiça, uma gratificação especial por assiduidade, no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A responsabilidade administrativa pela comprovação mensal da assiduidade do servidor será da chefia imediata ou do Departamento de Recursos Humanos, observado o disposto no artigo 164, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2º - A gratificação especial prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do servidor para a inatividade, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio-alimentação.

Art. 3º - A gratificação especial por assiduidade será devida a partir da data em que foi sancionada a lei que estendeu o mesmo benefício aos servidores do Poder Executivo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para nominar os deputados da Oposição, mais este parlamentar independente, de que nós, graças a Deus, estamos aqui para fazer quórum, para aprovar esta mensagem que atende os interesses dos professores, dos servidores do Estado do Paraná, o que infelizmente não acontece com o lado de lá.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2002, que dispõe que ao servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho contratado pela Secretaria de Estado da Educação ou pela Paranaeducação, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação meri-

tória especial, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Da mesma forma como fez anteriormente o deputado Algaci Tulio, quero reafirmar que esta Mensagem, este projeto está sendo aprovado graças à colaboração da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, como nós temos os três projetos que estão sendo votados, o item 11, 10 e 07, e não houve nenhuma alteração, nenhuma emenda, eu solicitaria, estou encaminhando um requerimento no sentido de dispensar a próxima votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já tem na Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Feito. Obrigado. Só falta assinar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O senhor pode assinar também.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O nº 11 tem emenda.

O SR. DURVAL AMARAL

O nº 11 tem emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Sim.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/2002, que concede gratificação especial por assiduidade aos professores e especialistas do magistério público estadual, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Votamos o projeto, ressalvada a emenda. Estamos votando o item 11.

Temos sobre a mesa um requerimento. Vamos votar primeiro o Requerimento nº 1496, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 11. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Tem a emenda da Comissão de Finanças, emenda aditiva, que acrescenta o parágrafo 4º, artigo 1º do Projeto de Lei nº 340, que passará a vigor com a seguinte redação: “§ 4º - Ficam estendidos os mesmos efeitos peculiares da gratificação especial, aos professores inativos, no valor de R\$100,00”.

Está em discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Senhor presidente, depois de ter ouvido o secretário, o aumento da receita e o esforço reconhecido do governo de procurar enquadrar a despesa de pessoal, no nível da exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, entendemos que não há nada mais justo que um governante reconheça nesse momento essa pequena gratificação aos inativos. São professores que deram parcela de suas vidas e que, agora, ficam olhando aqueles que estão na atividade receberem, e não recebendo eles próprios as vantagens, onde a lei lhes assegura. O artigo 37 da Constituição Federal assegura vantagens iguais aos ativos e inativos.

Por essa razão, solicito ao deputado Durval Amaral que encaminhe a sua bancada, no sentido de que ela vote pela emenda e pela concessão aos inativos dessas vantagens, que estão sendo dadas aos inativos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a emenda.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, a pedido de deputado José Maria Ferreira.

Convido o 1º secretário, Edno Guimarães, para que faça a chamada dos deputados.

O SR. EDNO GUIMARÃES

(Procede à chamada nominal)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, pela ordem.

Eu declino da chamada nominal.

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão.

Aprovada.

O projeto vai à 3ª votação.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 443/99

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Altos do Igapó, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 651/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede e foro no município de Roncador. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 651/2001

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 168/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade do Município de Catanduvas, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 168/2002

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho da Comunidade de Catanduvas, com sede e foro no município de Catanduvas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 187/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Medianeira, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2002, de 08/04/2002)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município e comarca de Iretama. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 197/2002

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Iretama, com sede e foro no município de Iretama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 219/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de

Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 219/2002

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Encontro com Deus, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - Paraná Urbano II. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, peço que registre o voto contrário da Bancada de Oposição, apenas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, conforme especifica (Precatórios). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, AO
PROJETO DE LEI Nº 256/2002

Fica alterado o artigo 1º, do Projeto de Lei nº 256/2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 13.213, de 29 de junho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a compensar seus créditos fiscais inscritos em Dívida Ativa ou lançados em Processos Administrativos Fiscais, até a data da sanção desta lei, com precatórios de natureza alimentícia contra a Fazenda Pública Estadual e suas autarquias, pendentes de pagamentos até 30 de junho de 2001”.

Sala das Sessões, em 28.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Luiz Fernandes da Silva Litro e Moysés Leônidas.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos - CFMG, da cidade de Guaíra, com sede e foro no mesmo município. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 414/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube Feminino de Maracaju dos Gaúchos de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com a legalidade e constitucionalidade, e por estar em acordo com a Lei nº 6994/78 e alterações da Lei 8589 e 12816, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Pedro do Piquiri, com sede e foro no município de Palotina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 152/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores

de São Pedro do Piquiri, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2002, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 244/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas Urbanos e Rurais de Figueira, com sede no município de Figueira e foro no município de Curiúva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da

Escola Estadual Ribeiro de Campos, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2002, de 29/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 263/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade de Alto Paraná, com sede e foro no município de Alto Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Distrito de Abapan, com sede e foro no município de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2002, de 30/04/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 265/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Abapan, com sede e foro no município de Castro.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº

8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Equipe de Promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2002, de 08/05/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 309/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Equipe de Promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1484, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1485, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1486, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1492, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1493, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1497 e 1498, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Convidamos os senhores deputados para uma Sessão Solene daqui a cinco minutos, em homenagem à

“Comemoração à Data Estadual da Etnia Italiana”, por proposição do deputado Cleiton Kielse.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 658/2001, 097, 138, 146, 236 e 269/2002.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 340/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 414/2001, 152, 244, 246, 263, 265, 309 e 331/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 268, 276, 279, 314, 316, 329, 331 e 336/2002.

Levanta-se a Sessão.